

Sumário

Número de notícias: 49 | Número de veículos: 40

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: saiba qual proposta avança quando o assunto é a Zona Franca 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai beneficiar 98% dos municípios, diz pesquisadora 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brasil desobedece a Constituição no seu princípio basilar, diz auditor fiscal 7

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira consolida bloco com 173 parlamentares, o maior da Câmara 9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário de SP cita relevância da PEC 26/2022 na reforma tributária 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sistema tributário amplia desigualdade, diz presidente da Febrafite 13

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária diz que é preciso respeitar contratos e manter Zona Franca de Manaus até 2073 14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária tem a possibilidade de aumentar de duas para três etapas 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária é justa? 18

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode trazer cashback para mensalidades escolares, diz secretário da Fazenda 20

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marinho defende transferir oneração da folha de pagamento de empresas para o faturamento 21

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Será impossível aprovar um texto que reduza o peso dos impostos, diz relator da tributária 22

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O sistema simplificado vai melhorar a vida do brasileiro , aponta Mombelli 23

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin defende ampliação de comércio com América Latina 24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária tem papel de cidadania , diz relator Aguinaldo Ribeiro 25

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nunca teremos ambiente ideal para aprovar a reforma tributária, diz relator 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Não adianta desenho bem feito sem sintonia , diz Mauro Silva sobre reforma 27

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Todos os países têm tratamento diferenciado na tributação de serviços financeiros, diz Appy
..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sistema tributário atual é um manicômio tributário , diz Roberto Rocha 29

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin diz que regra fiscal é uma 'engenharia bem-feita e bastante inteligente' 30

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária terá 2º bloco com mudança em impostos sobre salários e patrimônio, diz
Appy
..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai reduzir as desigualdades regionais , garante secretário 32

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy sobre demora na reforma tributária: Estamos perdendo competitividade 33

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frentes parlamentares planejam reunião para articular benefícios na reforma tributária
..... 35

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Shein taxada? Governo acabará com isenção de imposto de compras internacionais até US\$
50; entenda
..... 36

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor de transportes defende diversificação de alíquotas na reforma tributária 37

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rui Costa: Misturar arcabouço com tributária não é adequado 38

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

ZFM entra no centro de debates da reforma tributária 39

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT mira em Haddad, mas atira na conta da reforma tributária 40

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Juros vão cair com certeza', diz ministro da Casa Civil 41

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Debate sobre reforma tributária se intensificará após aprovação de arcabouço fiscal, diz Rui Costa 43

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende reforma tributária em documento ao FMI 44

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso instala Comissão do Orçamento; presidência será de senadora do PSD 46

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Precisamos promover a concorrência , defende secretário das reformas econômicas 47

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao FMI, Haddad explicita intenção de 'trazer os pobres para o orçamento' e reformar sistema tributário 48

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Medidas fiscais do governo abrirão espaço para afrouxamento monetário, diz Haddad ao FMI 49

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A adoção do teto de gastos foi o ajuste mais perverso da economia , diz presidente da Abdib 50

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brasil tem um sistema tributário ruim há anos , afirma Rita De La Faria 53

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em tom de palanque, Lula recicla críticas a BC e defende arcabouço fiscal 55

VALOR ONLINE - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Forte entrada de dólares dá sustentação para o real 57

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

100 dias de governo: Lula cobra ministros e reforça apoio a Haddad 59

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária precisa ser integral 62

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Custo Brasil" e reforma tributária (Artigo) 63

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A matemática, os números e a reforma tributária (Artigo) 66

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IPVA para jatinho e iate deve entrar na reforma 69

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cashback a mais pobres vai do Canadá à Bolívia 72

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária integral (Artigo) 76

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal tem última revisão antes de entrega 78

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O Brasil tem um sistema tributário ruim há anos" 79

Reforma Tributária: saiba qual proposta avança quando o assunto é a Zona Franca

Michelle Portela

Coordenador do Grupo de Trabalho sobre a **reforma tributária** no Congresso Nacional, o deputado federal **Reginaldo Lopes** (PT-MG) disse que a comissão que avalia exceções para o desenvolvimento da reforma nacional já possui uma ideia de proposta para a Zona Franca de Manaus (ZFM), considerada um dos pontos mais sensíveis para a definição do novo modelo de tributação a ser adotado no país.

A declaração ocorreu em entrevista ao Correio nesta terça-feira (12/4), após participação do parlamentar no seminário CB Talks - **Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos**, realizado pelo jornal em parceria com Unafisco Nacional.

Com a renúncia fiscal garantida até 2073, ele apontou que as empresas já instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) seguirão no modelo durante todo esse prazo previsto pela Constituição Federal. É preciso respeitar a Constituição e a decisão tomada pelo Congresso [de prorrogar os benefícios] para as empresas que já estão lá. Mas as novas empresas que se integrarem ao modelo deverão seguir uma outra realidade, que ainda não está fechada, explicou.

O novo modelo a ser adotado pela Zona Franca será definido após a audiência pública, seguida por visita às empresas do PIM por membros do grupo de trabalho a ser realizada nesta sexta-feira (14), na capital do Amazonas. Contudo, ainda de acordo com Lopes, a ZFM deverá se adequar à vocação da região, mais voltada para a bioeconomia.

Zona Franca

Em 2014, o Congresso aprovou a prorrogação do modelo por mais 50 anos, tendo como principal argumento o princípio de que as indústrias da ZFM são fundamentais para a preservação ambiental, uma vez que o Amazonas é o único estado que mantém 98% da floresta em pé.

De acordo com informações da Secretaria da **Receita Federal**, a estimativa é de que a renúncia de arrecadação com a Zona Franca seja de R\$ 30,3 bilhões neste ano.

Último levantamento da Superintendência da Zona

Franca de Manaus (Suframa), de 2021, aponta que há 100.047 postos de trabalho gerados pela Zona Franca, mas sindicalistas e outras entidades apontam 500 mil empregos indiretos.

Na última semana, o Polo Industrial de Manaus (PIM) apresentou seu balanço. Em janeiro de 2023, obteve lucro recorde ao alcançar faturamento de R\$ 13,07 bilhões. O resultado é 7,47% superior ao de janeiro de 2022 (R\$ 12,16 bilhões).

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086850-reforma-tributaria-saiba-qual-proposta-avanca-para-zona-franca-de-manaus.html>

Reforma tributária vai beneficiar 98% dos municípios, diz pesquisadora

Michelle Portela

Entre as preocupações com a **reforma tributária** em debate no país e no Congresso Nacional está a perda de arrecadação dos estados e municípios. Contudo, a expectativa é que ninguém seja prejudicado porque mudança beneficiará 98% dos municípios, de acordo com a pesquisadora Melinda Rocha, diretora de cursos na York University, no Canadá, e doutora e mestre pela Universidade Sorbonne.

A pesquisadora foi um dos destaques do seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com Unafisco Nacional, nesta quarta-feira (12/4). O evento foi transmitido ao vivo e pode ser visto no canal do jornal no YouTube.

Estamos há muito tempo presos nessa armadilha do baixo crescimento. O Brasil tem muita sorte com condições climáticas e alto potencial produtivo, mas ficamos nessa questão, e uma das causas é o sistema tributário que gera inúmeras distorções , explicou a pesquisadora, que é defensora da criação de um modelo dual do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O IVA - ou imposto único - será composto pelo Imposto de Bens e Serviços (IBS) - resultado da fusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e do ISS (Imposto sobre Serviços) - para estados e municípios. O modelo é adotado em 154 países e é considerado um padrão internacional de tributação, que, ao ser implantado, promoverá a retenção do imposto no destino, onde reside o comprado, não na fonte, onde estão as empresas financiadoras.

Toda a transição da **reforma tributária** levará 40 anos para se encerrar. Não estamos importando nenhum modelo revolucionário. Há um consenso internacional de que o IVA é o melhor sistema para a tributação do consumo. Todos os setores vão ganhar, mas é importante ressaltar que não vai haver convivência dos dois sistemas por 40 anos , apontou.

Para a especialista, é preciso também desconstruir a ideia de que a proposta vai gerar perdas de arrecadação para os municípios maiores, ao menos se consideradas as PECs 110 e 45. Se houve uma transação, a mesma será tributada. Esse método ou

tipo de imposto teve início na Alemanha e muitos países passaram a exigir cadastro de fornecedores não residentes como forma de evitar a evasão fiscal.

Com a maior distribuição de renda, pontuou, os brasileiros deverão experimentar a diminuição das desigualdades. No Brasil, as pessoas de alta renda estão sendo subtributadas porque têm mais consumo de bens e serviços, por isso, deixamos de arrecadar mais. Precisamos decidir se queremos beneficiar o cidadão de baixa renda ou manter os benefícios de baixa tributação aos mais ricos , avaliou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sreatat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086832-reforma-tributaria-vai-beneficiar-98-dos-municipios-diz-pesquisadora.html>

O Brasil desobedece a Constituição no seu princípio basilar, diz auditor fiscal

Fernanda Strickland

O auditor fiscal Pedro Delarue Tolentino Filho afirmou que o Brasil desobedece a Constituição Federal no seu princípio basilar. Segundo ela, diz, todos devem ser tributados independentemente da sua atuação econômica.

"A tributação de lucros e dividendos distribuídos a sócios e acionistas da PJ (pessoa jurídica) permitiria uma redistribuição da carga tributária, com a possibilidade de aliviar a carga tributária da classe média, trazendo maior justiça ao sistema tributário e finalmente fazendo obedecer o princípio basilar da isonomia tributária", explicou, ao ler a Constituição. O auditor participou nesta quarta-feira (12/4) do seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos, realizado pelo Correio Braziliense, em parceria com a Unafisco Nacional.

Delarue apontou ainda que no Brasil o sistema tributário é regressivo, desigual, concentrador de renda, além de oferecer privilégios aos mais ricos e penalizar a classe média. "E dentro dessa realidade brasileira, tem uma coisa particularmente cruel com o trabalhador, principalmente com o trabalhador assalariado, já que sobre ele recai a carga tributária sobre a renda", afirmou.

O auditor fiscal ressaltou que os trabalhadores de alta renda geralmente são empresários. "Eles vivem de lucros e dividendos. E lucros e dividendos no Brasil, por incrível que pareça, são isentos, o lucro não paga o imposto de renda. Quem sustenta a tributação sobre a renda do Brasil é a classe média trabalhadora e assalariada, o que é um verdadeiro absurdo", opinou.

Pelo menos nos últimos 20 anos, segundo ele, o que se discute no resto do mundo não é a questão sobre se deve tributar lucros ou não, e sim sobre como se vai tributar esse lucro. "De que forma? Existem várias formas de se tributar lucros e dividendos. Alguns países vêm estudando isso ao longo, principalmente, dos últimos 20 anos, e mudando os seus sistemas."

Delarue destacou também não existir um sistema único para tributar lucros e dividendos. E elencou os cinco sistemas existentes no mundo. São eles:

Sistema Clássico

Tributa pessoa jurídica (PJ) e pessoa física (PF) sem reduções ou abatimentos. O lucro distribuído ao sócio ou acionista é integralmente levado à tabela do IRPF. É um sistema adotado na Alemanha, na Bélgica e na Suécia.

Clássico Modificado

Aplica ao lucro distribuído ao sócio ou acionista uma tabela diferenciada daquelas aplicadas à PF. É adotado na Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, Japão, Polônia e Portugal.

Inclusão parcial

Isenta uma parcela do lucro distribuído ao sócio ou acionista, reduzindo a base de cálculo do rendimento tributável que será apurado na tabela do IRPF. É adotado na Finlândia, na França e na Turquia.

Imputação Plena

O lucro distribuído ao sócio ou acionista recebe um crédito equivalente ao seu quinhão pago pela PJ no IRPJ. Tal crédito é levado pela PF à declaração de Ajuste do IRPF, como se fosse um Imposto de Renda Retido na Fonte. É adotado na Austrália, Canadá, Chile, México, Nova Zelândia.

Imputação Parcial

Apenas uma parte do lucro distribuído ao sócio ou acionista recebe um crédito equivalente ao seu quinhão pago pela PJ no IRPJ. É adotado na Coreia do Sul e no Reino Unido.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

**[http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/
5086851-o-brasil-desobedece-a-constituicao-no-seu-
principio-basilar-diz-auditor-fiscal.html](http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086851-o-brasil-desobedece-a-constituicao-no-seu-principio-basilar-diz-auditor-fiscal.html)**

Lira consolida bloco com 173 parlamentares, o maior da Câmara

Por Maria Carolina Marcello e Ricardo Brito

BRASÍLIA (Reuters) - O PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), o PDT, o PSB, o União Brasil, a federação PSDB-Cidadania, o Avante, o Patriota e o Solidariedade decidiram se juntar em um super bloco com 173 deputados, ultrapassando o bloco anunciado no fim de março com 142 deputados, informaram duas fontes do Congresso que acompanharam as negociações.

Os detalhes do bloco deverão ser revelados na tarde desta quarta-feira às 17h em entrevista coletiva que está sendo convocada pelo líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA).

Ter número na Casa --leia-se votos-- garante poder de barganha e capital político a qualquer grupo parlamentar que se constitua. Por isso mesmo, o novo bloco, assim que protocolado, deve se firmar como uma força política que não pode ser desconsiderada pelo governo, caso queira ver aprovados o projeto do arcabouço fiscal, que necessita de maioria absoluta, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**, que precisa de ao menos 308 votos favoráveis em dois turnos de votação.

O novo super bloco a ser anunciado nesta tarde reúne partidos de variados espectros políticos --desde o PP, que sustentou o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, até o PSB e o PDT, mais identificados com pautas da esquerda e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A formação do novo bloco articulado por Lira, de quebra, agrada a parte do PP que deseja alinhar-se ao governo Lula, além de colocar o grupo parlamentar no topo da lista com preferência na definição de relatorias de matérias e presidências de comissões, disse uma das fontes.

E demonstra, de forma explícita, uma reação ao bloco com 142 deputados formado no fim de março por MDB, PSD, Podemos, PSC e o Republicanos --até então uma das siglas do chamado centrão ao lado do PL e do PP.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Lira consolida bloco com 173 parlamentares, o maior da Câmara

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/12/ira-consolida-bloco-com-173-parlamentares-o-maior-da-camara.htm>

Secretário de SP cita relevância da PEC 26/2022 na reforma tributária

Kelly Hekally

Voz de ressalva acerca da implementação do Imposto de Valor Agregado (IVA), Ricardo Ezequiel Torres defendeu nesta quarta-feira (12/4) a incorporação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 46/2022, do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), em evento realizado pelo Correio . A proposição tem o objetivo de simplificar a cobrança dos **impostos** sobre o consumo e confronta com o modelo proposto pelo Ministério da Fazenda.

Com a fala, o secretário de Fazenda do município de São Paulo retoma o discurso de prefeitos em evento ocorrido no mês passado, no qual estiveram o parlamentar e o ministro Fernando Haddad (PT), da Fazenda, entre outros ministros. O governo, contudo, sinaliza que a PEC não será incorporada . "O defeito do IVA com alíquota desse porte [unificada] vai repercutir na oneração dos serviços. "É um debate sem considerar discussões previdenciárias", disse o secretário.

Torres defende a redução da complexidade tributária do atual sistema e comparou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), entre outros **impostos**, a IVAs. "A diferença é que estão alocados em unidades federativas diferentes [...] Trazer a experiência sem considerar as divisões federativas pode ser arriscado , enfatizou. O secretário, entretanto, defende que o momento é oportuno para a **reforma tributária**, destacando a necessidade perene da reforma.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

***[http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/
5086830-secretario-de-sp-cita-relevancia-da-pec-26-2022-
na-reforma-tributaria.html](http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086830-secretario-de-sp-cita-relevancia-da-pec-26-2022-na-reforma-tributaria.html)***

Sistema tributário amplia desigualdade, diz presidente da Febrafite

Henrique Lessa

O sistema tributário atual é injusto e amplia as desigualdades, e impacta até na questão climática. É o que defendeu Rodrigo Spada, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite). Para ele, a questão climática afeta, de forma mais intensa, ainda as camadas mais pobres da sociedade, que ao mesmo tempo não têm a opção de vida mais sustentável.

"A necessidade não reconhece princípios, e a questão tributária é central nessa questão", apontou Spada, durante sua fala, nesta quarta-feira (12/04), no seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com Unafisco Nacional.

Uma das razões de o sistema tributário nacional ampliar as desigualdades é a tributação diferenciada entre a renda do trabalho e a renda do capital, apontou o fiscal. "O país não tributa herança nem a propriedade rural, e tributa mais fortemente a renda do trabalho em relação à renda do capital", disse Spada.

Outro exemplo dessa desigualdade apresentada pelo presidente da Febrafite é que a tributação do consumo onera de forma mais acentuada os mais pobres. O consumo de produtos é o principal destino da renda das famílias mais pobres, taxadas em torno de 25%; já a tributação de serviços, que tem uma participação maior no orçamento das famílias de renda mais alta, fica em torno de 5%. "Sabemos que as famílias mais ricas consomem a maior parte da renda em bens e serviços enquanto os mais pobres consomem a maior parte da renda em produtos."

O fiscal tributário também defendeu a criação da isenção personalizada para as famílias com menores rendas. O recurso vem sendo chamado de "cashback" tributário e é visto como uma forma de corrigir injustiças nas desonerações de produtos como o da cesta básica.

Um sistema novo

Spada destacou ainda que o modelo tributário nacional é da década de 1980, quando o país ainda vivia uma economia fechada. Isso, segundo ele, trava o crescimento nacional, com a maior parcela da

tributação se concentrando sobre o consumo das famílias. "Isso não faz a gente gerar empregos e renda."

"O contribuinte perde com altos custos de conformidade e de litigiosidade, e perde o fisco com isso também", afirmou o fiscal, para quem os altos custos de gestão tributária do contribuinte se somam à opacidade do sistema. Além da tributação excessiva do consumo, não permite que a sociedade entenda o que é realmente tributado. Para ele, isso representa as principais travas para o crescimento do país.

"Para além da função social do tributo, que é fundamental, existe também a qualidade da tributação. Hoje é muito ruim ser cobrador de **tributos** e saber que o fruto do seu trabalho acentua a desigualdade", lamentou Spada. "Para ter um país próspero e com crescimento, a **reforma tributária** sobre o consumo vai destravar o crescimento econômico."

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086817-sistema-tributario-amplia-desigualdade-diz-presidente-da-febrafite.html>

Relator da reforma tributária diz que é preciso respeitar contratos e manter Zona Franca de Manaus até 2073

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, afirmou nesta quarta-feira (12) que é preciso respeitar contratos e, por isso, defendeu a manutenção da Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2073. Só para este ano, a renúncia de **impostos** na área deve passar de R\$ 30 bilhões.

Vamos ter que respeitar o que foi contratado nos últimos anos. A Zona Franca de Manaus foi contratada até 2073. Em 2013, ela foi votada, dez anos antes de vencer a Zona Franca de Manaus. Se renovou por mais 50 anos, chegando a 2073, declarou Ribeiro.

Em evento promovido pelo jornal Correio Braziliense, o deputado lembrou que foi uma decisão política do Congresso Nacional que prorrogou os benefícios da região. Segundo o deputado, porém isso não impede que sejam discutidos modelos mais atualizados de desenvolvimento regional.

LEIA TAMBÉM:

Governo exclui produtos fabricados na Zona Franca de Manaus da redução do IPI Zona Franca abre o ano com produção de 122 mil motocicletas em Manaus; alta é de 47%

Ribeiro será responsável por apresentar um relatório para votação da **reforma tributária** sobre o consumo, envolvendo a extinção de, ao menos, cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) e a substituição deles por um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), nos moldes do que acontece nas economias mais desenvolvidas.

Também será criado um imposto seletivo sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A forma de manutenção desse benefício para a Zona Franca de Manaus, porém, ainda não está clara. Pois, com o fim do IPI e sua substituição por um imposto sobre valor agregado, forma como o atual subsídio à região é concedido fica oficialmente extinta.

Na formulação do relatório, o deputado levará em

consideração duas propostas que tramitam no Congresso Nacional:

PEC 45 - IVA Único para União, estados e municípios, mais um imposto seletivo (sobre produtos nocivos). PEC 110 - IVA Dual, ou seja, um imposto para estados e municípios, além de outro para o governo federal e, também, um imposto seletivo (sobre produtos nocivos).

Zona Franca de Manaus

Criada em 1967, a Zona Franca concede benefícios fiscais para indústrias instaladas na região, com o objetivo de fomentar empregos e gerar renda na Amazônia.

Para 2023, a estimativa da Secretaria da **Receita Federal**, é de que a renúncia de arrecadação (valores que deixarão de entrar nos cofres do governo) com a Zona Franca seja de R\$ 30,3 bilhões.

Levantamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), feito em dezembro de 2021, aponta que são 100.047 postos de trabalho entre efetivos, temporários e terceirizados. Representantes do setor industrial da região dizem que os empregos diretos e indiretos somam 500 mil.

Segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o atual modelo econômico de desenvolvimento compreende três polos: comercial, industrial e agropecuário. O órgão informa que o primeiro teve maior ascensão até o final da década de 80, e que o polo industrial é considerado, neste momento, a base de sustentação da ZFM.

Em outubro do ano passado, Sergio Leitão, diretor-executivo do Instituto Escolhas, uma associação civil sem fins econômicos que busca qualificar o debate sobre sustentabilidade, avaliou que a ZFM precisa se dinamizar e se renovar, pois há desafios que fazem com que ela gere menos empregos como, por exemplo, a robotização dos processos produtivos.

Ele acrescentou que um terço dos benefícios fiscais concedidos pelo governo federal, ou seja, recursos

públicos, é para bancar o transporte do insumos, do Sul e do Sudeste do país, para a região amazônica. Quando lá chegam, é feita a montagem dos produtos - vendidos principalmente em outras regiões do país. Leitão avaliou que é um custo alto para fazer um processo sem inovação.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/12/relator-da-reforma-tributaria-diz-que-e-preciso-respeitar-contratos-e-manter-zona-franca-de-manaus-ate-2073.ghtml>

Reforma tributária tem a possibilidade de aumentar de duas para três etapas

Kelly Hekally - Especial para Correio

Coordenador do GT da **Reforma Tributária** na Câmara, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) defendeu na manhã desta quarta-feira (12/4) que a **reforma tributária** está dividida no cronograma político em duas etapas, mas não descarta que possa ocorrer em três.

A hipótese separaria o debate de renda e patrimônio, previsto para ocorrer no próximo semestre no Congresso nacional. A previsão inicial da discussão em uma fase apenas do imposto sobre consumo e a unificação dele está mantida. "A reforma não é trivial, simples. Discutir o consumo exige uma alteração da Constituição", justificou sobre os processos de tramitação da tributária na Casa. O deputado participou hoje do seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos, realizado pelo Correio Braziliense, em parceria com Unafisco Nacional.

As Propostas de Emenda Constitucional 45 e 110 (PECs 45 e 110), afirma o parlamentar, andam de maneira conjunta no Congresso e objetivam criar o Imposto de Valor Agregado (IVA), formato defendido pelo governo federal e que, segundo os nomes do Ministério da Fazenda, é o mais utilizado no mundo.

A segunda etapa, que seria a unificada de renda e patrimônio, vai ocorrer por meio de lei ordinária, uma vez que já está prevista na Constituição. "É possível alterar herança e taxa renda, do ponto de vista da tabela, para dar mais progressividade regulamentando os lucros e dividendos. Evidente que o grande debate da sociedade se concentra em renda e patrimônio. O Brasil vai ter que enfrentar esse debate."

O deputado reitera a comparação realizada em outras circunstâncias dos números nacionais com relação à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontando que o país "arrecada a metade na folha de pagamento e tributa o dobro no imposto sobre consumo".

"Nosso sistema, além de ser de exceção, é complexo e judicializado e mostra que quem ganha menos paga mais e quem ganha mais paga menos. Fazer a reforma sobre consumo é uma revolução no sistema tributário brasileiro. O cidadão comum não sabe quem

paga imposto e quem paga é o cidadão com menos renda", argumentou, chamando atenção para a necessidade de conscientizar e educar a população para o conhecimento dos **impostos** pagos em produtos e serviços.

Judicialização tributária

Para Reginaldo Lopes, a judicialização tributária - que acontece quando há processos na Justiça acerca de questões tributárias - carrega o sistema no que diz respeito aos custos do Estado brasileiro, onerando a estrutura pública. "São R\$ 6 trilhões na Justiça e mais R\$ 3 (trilhões) da dívida ativa. Com certeza (o total) incidu sobre o preço, mas não necessariamente chegou nos cofres públicos de prefeituras e estados. O cidadão sai prejudicado porque não tem a contrapartida de que mais necessita, da política pública de qualidade."

A guerra fiscal, que significa os contenciosos entre unidades da Federação (UFs) por falta de entendimento no pagamento de **impostos** de origem e destino, foi descrita pelo parlamentar com um desastre no século 21, que "foi no passado foi funcional, mas não é mais hoje, já que todos perdem". Também conforme o deputado, a judicialização é baixa em países com unificação, com taxa média de 1% de contencioso.

"Se conseguimos e implementarmos um bom conceito de imposto que não tenha cumulatividade nos passaremos a ter a oportunidade de voltar a ser um país com presença dos nossos setores de produção de valor agregado. Se não, vamos terminar um país exportador de produtos primários. Nem o agronegócio, que garante superavit, se não resolver esse problema da cumulatividade, está condenado a ser exportador de grãos. A cumulatividade cruzada gera ISS, IPI, Pis-Cofins e não gera crédito (aos consumidores)."

Há, ainda de acordo com Reginaldo Lopes, a ideia de que a reforma é positiva para o setor da indústria, mas o petista argumenta que a mudança é a possibilidade de fazer o setor agro se tornar um setor com maior competitividade, para fazer o Brasil se tornar uma grande nação que possa exportar bens manufaturados. O deputado citou como potências nacionais e inovadoras o setor de energia e de biocombustíveis.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/04/5086803-reforma-tributaria-tem-a-possibilidade-de-aumentar-de-duas-para-tres-etapas.html>

A reforma tributária é justa?

Enquanto setor de serviços alega que reforma vai aumentar **impostos**, especialistas contestam, argumentando que a criação de um tributo único afeta uma pequena parcela dos negócios, atingindo os mais ricos. O objetivo central da proposta de reforma tributária que vem sendo discutida pelo governo federal e pelo Congresso Nacional é a redução das distorções do sistema brasileiro e da chamada regressividade nos **impostos**, principalmente no consumo. Atualmente, o país tem cinco **tributos** que incidem durante toda a cadeia produtiva, gerando custos por vezes invisíveis que sobrecarregam principalmente a parcela mais pobre do país.

Para tentar corrigir esse problema, a principal proposta é a criação do chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificaria IPI, PIS e Cofins, de competência da União; o ICMS, dos estados; e o ICMS, dos municípios. Também chamado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o novo tributo teria uma alíquota única de 25%, de acordo com o secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy.

A alíquota, no entanto, gerou críticas principalmente por parte do setor de comércio e serviços, que representa cerca de 70% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional. Um estudo divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por exemplo, afirma que, com as mudanças previstas nas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, ambas de 2019, o setor sofreria um aumento que poderia chegar a quase 200% na carga tributária.

De acordo com a CNC, isso implicaria o aumento dos preços ao consumidor e até mesmo na empregabilidade das empresas de comércio e serviços, que é responsável por 37% da força de trabalho no país.

No entanto, especialistas em contas públicas consultados pela DW divergem dessas estimativas. Segundo o advogado tributarista e economista Eduardo Fleury, que é consultor do Banco Mundial, a **reforma tributária** visa não aumentar a carga, ao mesmo tempo que não diminui a arrecadação do governo.

Serviços afetam os mais ricos

Temos que entender que o sistema brasileiro é uma metralhadora giratória. Ela acerta em muitas coisas,

não tem padrão claro. Há um monte de exceções, explica Fleury, que lembra que há desníveis de alíquotas em subsetores dos serviços que oneram principalmente os mais pobres, como nas telecomunicações, com carga tributária de aproximadamente 36%.

Quem consome serviços é a população de renda mais alta. As classes mais baixas consomem basicamente internet e transporte, já que a saúde e a educação são pelo Estado, acrescenta, citando a última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, de 2017/2018.

O especialista tributário também cita um estudo do Banco Mundial sobre os mesmos dados da POF, que divide a população em dez faixas de renda. De acordo com o levantamento, em 2019 a carga tributária brasileira que incidia sobre o décimo mais pobre era de cerca de 21%; enquanto o décimo mais rico pagava 12%. Ainda segundo Fleury, com a reforma, nove das dez faixas de renda pagariam parcelas menores de **impostos** em comparação com o sistema atual - apenas os 10% mais ricos teriam aumento de carga tributária.

Em outro estudo, com base em dados da **Receita Federal** de 2019, Fleury também demonstrou que, dos 70% do **PIB** relativos ao setor de serviços, apenas 13,7% do total da economia brasileira correspondia a vendas de fim de cadeia, ou seja, ao consumidor final. De resto, a administração pública ficaria com 17,4% do **PIB**; os serviços financeiros com 7,2%; e os serviços de meio de cadeia, que vendem para outras empresas e seriam beneficiados pela reforma, com 13,2%, por exemplo.

Dos 13,7% de serviços de fim de cadeia, quando se pega os CNPJs, cerca de 89% deles são de empresas enquadradas no Simples Nacional, diz ele, lembrando que, na reforma, não há propostas de alteração do tratamento especial dado por esses empreendedores que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano.

Custos com encargos trabalhistas

Para os setores de serviços de meio de cadeia, a previsão da **reforma tributária** é que sejam aproveitados créditos, para que não haja sobreposição de **impostos** e desequilíbrio nos custos, como ocorre hoje. Conforme explica Murilo Viana, especialista em contas públicas e consultor-sênior da Go Associados, hoje uma empresa de TI que presta serviços para outra empresa, por exemplo, paga **impostos** onde

opera, mas quem a contrata não consegue aproveitar o valor do imposto com créditos.

Ele acrescenta que, com a reforma, o novo tributo pago sobre o valor adicionado será aproveitado. Comprar objetos de escritório para uma empresa ou mesmo o gasto de energia dela vai gerar créditos no sistema do IBS, o que atualmente não ocorre.

Porém, o setor de serviços voltado ao atendimento ao consumidor não vai aproveitar isso, porque o elo dele é o atendimento final, então tende a suportar uma carga maior, completa, lembrando que isso ficará apenas para quem está acima do teto do Simples Nacional.

Um estudo da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse) indica que, com um IVA de 25%, a carga tributária média de 128 subsetores passaria do atual número entre 21% e 26% para algo em torno dos 50%. Os representantes de comércio e serviços reclamam dos altos custos com encargos trabalhistas, que chegam a 40% do faturamento, e pressionam o governo por desonerações na folha.

Para Viana, os custos são altos, mas são essenciais para o financiamento da **previdência social**, que já dá sinais de esgotamento com o envelhecimento da população e com o processo de pejetização do trabalho. Isso também vai pressionar uma discussão para uma reforma sobre como o governo financia a seguridade e a **previdência social**, diz ele, que pode incluir, por exemplo, plataformas de motoristas ou entregadores autônomos, por exemplo.

Custo invisível e desigualdade

Os cálculos do setor terciário sobre o aumento da carga tributária, no entanto, não são consenso. Professora catedrática de direito tributário da Universidade de Leeds e pesquisadora associada à Oxford, a portuguesa Rita de La Feria ressalta que é impossível saber realmente qual o volume de **impostos** que estão embutidos num produto ou num serviço prestado.

Na prática, muitos dos serviços têm **impostos** embutidos nas compras que fazem, cadeiras, computadores, softwares e o que seja, diz a jurista. Ela sublinha que o argumento de que a **reforma tributária** causará aumento de preços, ou seja, **inflação**, é inconsistente - justamente porque são utilizados pelos mais ricos. A maior parte do consumo das pessoas de baixa renda é em produtos. Supondo que seja verdade que o serviço é menos tributado no Brasil, isso é uma regressividade enorme. Assim, tributar serviços da mesma forma que bens seria aumentar a progressividade do imposto.

Segundo La Feria, a **reforma tributária** como está desenhada será tão positiva para a economia brasileira que acabará por beneficiar os setores de serviços. Mesmo que eles estejam assustados, achando que é um aumento da tributação de valor real. Mas sinceramente acho que uma **reforma tributária** que desenvolva o Brasil e alavanque o desenvolvimento econômico vai ajudar a todos.

Um dos pontos que ela ressalta ser vital na **reforma tributária** é o sistema de cashback, que prevê o retorno de **impostos** em forma de dinheiro para as classes mais baixas. La Feria cita estudos desenvolvidos por ela que apontam que o sistema de reembolso pode impactar positivamente inclusive no coeficiente de Gini, que mede o nível de desigualdade de um país.

Fleury, consultor do Banco Mundial, lembra que, já que a alimentação representa 22% dos gastos mensais dos 10% mais pobres, um cashback sobre esses produtos pode ser fundamental nesse sentido. Mesmo que essa parcela tenha rendimentos mensais de até R\$ 2.400, há pessoas aí que ganham R\$ 500 ou R\$ 700. Tem que devolver o imposto para essas pessoas, porque, mesmo que se consiga reduzir a regressividade com a reforma, ainda assim há essa realidade, conclui, acrescentando que a informatização na área fiscal brasileira é capaz de fazer esse tipo de mecanismo com sucesso.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-reforma-tributaria-e-justa,af73ddd6c43a47430fa1b8c284d91fc9o0zs84f1.html>

Reforma tributária pode trazer cashback para mensalidades escolares, diz secretário da Fazenda

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, afirmou nesta quarta-feira (12) que, na discussão das mudanças no formato de tributação sobre o consumo, pode ser implementado um cashback (devolução de imposto pago) para mensalidades escolares da educação básica.

Em evento promovido pelo jornal Correio Braziliense, Appy afirmou que essa seria uma forma mais eficiente de conceder um benefício, focado principalmente na população de renda média e baixa, do que fixar uma alíquota menor para despesas com a educação básica.

A ideia das propostas de **reforma tributária** discutidas no Congresso Nacional é unificar diversos **impostos** que hoje são pagos ao longo da cadeia produtiva (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) em um só: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A alíquota, até então, está estimada pelo governo em 25% - uma das maiores do mundo. Nesse cálculo, haverá mudança no peso dos **impostos** para cada setor da economia, e alguns deles entendem que vão pagar mais do que pagam hoje.

O setor de serviços, por exemplo, afirma que é um dos mais prejudicados pela reforma. Ao ter um aumento de sua tributação, argumenta que isso seria repassado aos preços dos serviços ofertados, como, por exemplo, para as mensalidades escolares.

Guilherme Mercês, diretor de Economia da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) citou estudo da entidade segundo o qual as propostas em discussão gerariam um aumento de 84% a mais de 188% na tributação sobre o setor de serviços.

O que o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, está dizendo é que é melhor que a alíquota seja elevada para 25% para o setor, com aumento das mensalidades escolares, mas com devolução do imposto pago até um determinado limite

para todas as famílias.

Como essa devolução representaria uma parcela maior da renda das famílias de menor poder aquisitivo, ainda segundo ele, elas seriam mais beneficiadas do que a população mais abastada.

Esse sistema de cashback pode ser usado como uma forma de tratamento diferenciado, e pode trazer progressividade [tributar menos os mais pobres] para tributação, declarou.

Ele não citou de quanto poder ser esse limite para abatimento por famílias e explicou que a decisão final de conceder cashback não somente para educação, mas também para os produtos da cesta básica, caberá ao Congresso Nacional.

Discutida há décadas e muito aguardado pelo setor produtivo, a **reforma tributária** é considerada essencial pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores.

O foco tem sido centrado em duas propostas que tramitam atualmente no Congresso Nacional servirão de base para o texto final, que ainda está em negociação. São elas:

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/12/reforma-tributaria-pode-trazer-cashback-para-mensalidades-escolares-diz-secretario-da-fazenda.ghtml>

Marinho defende transferir oneração da folha de pagamento de empresas para o faturamento

Brasília

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, defendeu nesta quarta-feira, 12, a transferência da oneração da folha de pagamento das empresas para o faturamento. Essa discussão chegou a ser levantada recentemente pelo setor de serviços, mas não chegou a entrar na **reforma tributária** negociada no grupo de trabalho criado na Câmara, que trata da unificação de **impostos** sobre consumo.

Eu tenho acordo de pensar um processo de desoneração da folha pagamento em larga escala, não só de setores. Nós precisamos, evidentemente, calibrar esse processo de transição, mas com o acordo conceitual de transferir a oneração da folha de pagamento para o faturamento, declarou Marinho, durante audiência na Comissão do Trabalho da Câmara.

Muitas empresas têm faturamento altíssimo, pouca mão de obra e, portanto, deveriam contribuir mais, emendou o ministro. A desoneração permanente da folha de pagamento é defendida pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), que conta com mais de 200 deputados e senadores. Atualmente, os 17 setores da economia que mais empregam contam com desoneração da folha até o fim deste ano.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/04/12/marinho-defende-transferir-oneracao-da-folha-de-pagamento-de-empresas-para-o-faturamento.htm>

Será impossível aprovar um texto que reduza o peso dos impostos, diz relator da tributária

Brasília

O relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), avaliou nesta quarta-feira, 12, que o Congresso tem condições oportunas e adequadas para votar a simplificação da tributação sobre o consumo, mas admitiu que será impossível aprovar um texto que reduza o peso dos **impostos**.

Estamos prontos para aprovar a reforma. Temos pela primeira vez o governo priorizando a **reforma tributária** como parte estruturante da sua estratégia, afirmou Ribeiro, em evento organizado pelo Correio Braziliense. Me perguntam se há ambiente para aprovar uma **reforma tributária**, e eu respondo que não vai ter ambiente nunca. Porque as condições ideais demandariam primeiro reduzir o tamanho do Estado e reduzir o compromisso fiscal, para aí podermos fazer uma reforma para reduzir a carga tributária, ponderou.

Para o deputado, o Brasil tem um dos piores sistemas tributários do mundo, com uma regressividade muito grande. Cada benefício fiscal que um governo toma transfere essa conta para toda a sociedade e muitas vezes não avaliamos se essa conta valeu a pena ou não. Ninguém é contra promover o desenvolvimento regional por meio de incentivos, mas somos contra não haver uma avaliação criteriosa daquilo que se faz com esses recursos, acrescentou.

Zona Franca de Manaus

O relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados disse ainda que a forma de tratamento da Zona Franca de Manaus dependerá de uma decisão política do Congresso, mas garantiu que a reforma respeitará os contratos vigentes. A Zona Franca de Manaus está contratada até 2073, temos que respeitar esse contrato, afirmou, no evento organizado pelo Correio Braziliense.

O deputado afirmou que pode se debater modelos mais atualizados que podem ajudar a região Norte e o Brasil. Sempre quando vamos tomar uma decisão, temos uma avaliação técnica e depois a decisão política. A política que vai decidir qual será o caminho. Foi a política que decidiu que a Zona Franca de Manaus tem esse tratamento que tem hoje, que

decidiu os puxadinhos que temos hoje e que custam caro, e é a política que pode resolver isso hoje, completou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/12/sera-impossivel-aprovar-um-texto-que-reduza-o-peso-dos-impostos-diz-relator-da-tributaria.htm>

O sistema simplificado vai melhorar a vida do brasileiro , aponta Mombelli

Fernanda Strickland

O diretor de programa da **Receita Federal**, Fernando Mombelli, afirmou que o sistema simplificado da **reforma tributária** "vai melhorar a vida do brasileiro".

Segundo ele, o sistema simplificado vai melhorar vários aspectos. "Vai melhorar a vida das empresas e vai trazer luz, trazer transparência ao que a gente não tem hoje", disse durante o seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com Unafisco Nacional. O diretor afirmou, porém, que existem desafios. "O desafio que nos enfrentamos está exatamente no estudo. Por exemplo, nós temos o desafio de manter a carga tributária."

Segundo Mombelli, contudo, não é simples construir um sistema tributário justo. "Nós temos que manter a base tributária entre os entes federativos, isso é um desafio porque isso reflete em tudo. Precisa calcular o passado, trazer isso para o presente, para impactar no futuro, e calcular a alíquota modal, que nós vamos ter, para que assim tenhamos a efetiva tributação", explicou.

O diretor de programa da **Receita Federal** ressaltou ainda ser importante saber de onde estamos vindo e para onde a gente vai. "Se fosse hoje, se tivéssemos hoje a Constituição de 1988 trazida para hoje, nós veríamos que seria muito mais fácil a aprovação, pois estaríamos sem os vícios e sem os privilégios que foram colocados ao longo do tempo transformando a nossa legislação de forma caótica", apontou.

"Hoje nós temos um emaranhado de leis, de reduções de base de cálculo, de alíquotas diferenciadas, de reduções, de créditos presumidos que nos enlouquecem. Então, por exemplo, a legislação do piso da Cofins, que é o do âmbito de tributação federal, iniciou lá em 1982, com uma lei com 0,5% de faturamento. E naquela época era só sobre bens", exemplificou Mombelli.

"Depois houve um aumento da carga tributária, do andamento do Estado aos novos desafios da Constituição brasileira e, desta forma, o 0,5% passou a ser 3%. Ou seja, seis vezes o valor, em 1998. Foi uma escola de financiamento de Estado, que nós estávamos vivendo, um problema de inflexão do plano

real", disse.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086790-o-sistema-simplificado-vai-melhorar-a-vida-do-brasileiro-aponta-mombelli.html>

Alckmin defende ampliação de comércio com América Latina

Publicado em 12/04/2023 - 12:16

Por

Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, defendeu a ampliação do comércio entre o Brasil e os países da América Latina, pois apenas 26% das transações são intrarregionais. "No mundo, embora globalizado, o comércio é tremendamente intrarregional", disse, nesta quarta-feira (12), na abertura de evento da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, em Brasília.

Segundo ele, o comércio de Estados Unidos, Canadá e México é 50% entre eles. Na União Europeia e na Ásia, esses números sobem para 60% e 70%. "Temos que começar pelos vizinhos, então, fazer um grande esforço comercial na região, que é para onde nós vendemos caminhão, automóveis, ônibus, autopeças, linha branca, produtos de valor agregado", disse Alckmin.

Por isso, segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua participação internacional nesse terceiro mandato viajando para a Argentina e Uruguai. Na sequência, esteve nos Estados Unidos, que é o maior investidor no Brasil, e agora está na China com a expectativa que mais de 20 acordos sejam assinados com o país asiático .

Segundo Alckmin, o governo está otimista com a aprovação do arcabouço fiscal e, posteriormente, da **reforma tributária** para alavancar os investimentos no país. Para o vice-presidente, que também é o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Brasil teve uma desindustrialização precoce e preocupante mas, com as medidas, pode recuperar a competitividade.

Com o pacote de medidas fiscais , que ainda deve ser enviado ao Congresso, o governo busca garantir credibilidade e previsibilidade para a economia e para o financiamento dos serviços públicos como saúde, educação e segurança pública.

"A nova ancoragem fiscal é inteligente porque estabelece rigor nos gastos públicos, a curva da dívida vai cair, e de outro lado ela é anticíclica, ou seja, quando a economia crescer muito forte você tem um teto de gasto e quanto tiver mais fraca você tem piso para ajudar a alavancar a atividade econômica",

explicou.

Ainda segundo Alckmin, o papel do crédito é importantíssimo nesse cenário e que deve ser impulsionado com a redução das taxas de juros a partir de melhora da expectativa com a política fiscal do país.

"Três coisas são impactantes: juros, imposto e câmbio. O câmbio está bom, só precisa estar estável, mas ele é competitivo. O imposto vai melhorar com a reforma tributária, não vai cair, mas vai simplificar e vai estimular a atividade produtiva. E o crédito, tenho confiança, que vamos entrar com ancoragem fiscal numa redução gradual da taxa Selic, proporcionando um crédito melhor, além de buscar outras formas de amparar o crédito, especialmente com os fundos garantidores", disse Alckmin.

O presidente em exercício ressaltou que a desaceleração da **inflação** deverá impactar as decisões do Banco Central sobre a política monetária e o patamar da Selic, a taxa básica de juros. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apura a **inflação** oficial do país , atingiu 0,71% em março, desacelerando em relação a fevereiro, quando ficou em 0,84%, e atingindo o menor patamar desde janeiro de 2021.

"Queremos um desenvolvimento inclusivo com sustentabilidade e estabilidade. E a **inflação** não é socialmente neutra, ela tira do mais pobre e passa para o mais rico. Então, a queda da **inflação** é muito importante e ajudará na política monetária, que é a redução do custo do dinheiro, um fator fundamental para atividade econômica", disse.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Alckmin defende ampliação de comércio com América Latina

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/alckmin-defende-ampliacao-de-comercio-com-america-latina>

Reforma tributária tem papel de cidadania , diz relator Aguinaldo Ribeiro

Táisa Medeiros

O impacto do orçamento da União e das normas tributárias para a sociedade não é sentida pela maior parte da população. É o que alerta Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deputado federal e relator da **reforma tributária** na Câmara. Por conta disso, a proposta lançada pelo parlamento por meio do Grupo de Trabalho (GT) da **Reforma Tributária** tem "papel de cidadania", segundo o relator, uma vez que busca simplificar a tributação no país.

"Essa reforma que estamos fazendo tem o papel de cidadania, para a gente construir a cidadania do ponto de vista fiscal, social. Quando eu digo fiscal é porque as pessoas não se preocupam muito com o orçamento. A gente cada vez que estuda mais uma reforma como essa, vê como é importante, porque cada benefício fiscal que algum governo toma como iniciativa que dá, na verdade, está transferindo essa conta para toda a sociedade. Às vezes a gente não avalia se essa conta valeu a pena ou não, se foi justa para a sociedade", apontou, em seu discurso inicial no seminário Correio Talks - **Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos** , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com Unafisco Nacional.

Ribeiro declarou, ainda, não ser contra a promoção do desenvolvimento regional fomentado por meio do incentivo fiscal. "Sou contra nós não termos uma avaliação criteriosa daquilo que se faz com esses recursos. Porque no final todos nós pagamos essa conta", frisou. "Uma reforma como essa não é uma reforma de governo, é uma reforma do Estado brasileiro. Aliás, é uma coisa que nós perdemos de vista, nós discutimos e implantamos as políticas de Estado. São aquelas que decidimos como cidadãos, não importa se vai ser a esquerda ou a direita ou centro que vai executar. Mas nós sabemos para onde queremos ir", completou.

Competitividade

Na esteira do que destacou sobre a reforma não pertencer a um ou outro grupo político, o deputado ainda relembrou a dificuldade que o país tem hoje em competir a nível mundial com outras nações. Segundo o ranking Competitividade Brasil, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o país ocupa a 16ª posição na escala que mede o potencial

competitivo das empresas brasileiras.

"Nós estamos fora do mundo e precisamos fazer esse ajuste porque não temos como concorrer hoje, com quem quer que seja, porque temos esse sistema que é muito caro, e que traz o famoso Custo Brasil, que é impeditivo. 80% do chamado Custo Brasil está no sistema tributário brasileiro", destacou.

Reforma

Discutida há mais de 30 anos e com pelo menos seis propostas de emendas à Constituição (PECs) e um projeto de lei no Congresso Nacional, a **reforma tributária** é vista como uma maneira de revisitar a organização do sistema de **impostos** brasileiro, otimizando seu funcionamento e corrigindo distorções. A promessa do governo é avançar, finalmente, nesse tema e, desde fevereiro, a Câmara dos Deputados instituiu um Grupo de Trabalho (GT), para discutir as duas propostas de **reforma tributária** mais recentes do Congresso: a PEC 110/2019, do Senado, e a PEC 45/2019, da Câmara.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5086787-reforma-tributaria-tem-papel-de-cidadania-diz-relator-aguinaldo-ribeiro.html>

Nunca teremos ambiente ideal para aprovar a reforma tributária, diz relator

Táisa Medeiros

O ambiente ideal para a aprovação de uma proposta de **reforma tributária** não existirá nunca. É o que sustenta Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deputado e relator dos trabalhos do GT da **Reforma Tributária** na Câmara. Ribeiro acredita que, num ambiente ideal, a redução do tamanho do Estado brasileiro também estaria em discussão.

"Algumas pessoas me perguntam: você acha que tem ambiente para se aprovar uma **reforma tributária**? E eu respondo: "não vai ter ambiente nunca". Não é porque são as condições ideais, que todo mundo propala, se a gente fosse pensar, o ideal era primeiro reduzir o tamanho do Estado, adaptar o Estado à nossa realidade, reduzir o compromisso fiscal que nós temos hoje. E só aí fazer uma **reforma tributária** que a gente pudesse reduzir os **impostos**, carga tributária, esse era o cenário", apontou, durante sua fala no seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com Unafisco Nacional.

Aguinaldo defende que, apesar das dificuldades enfrentadas pelo país, como a onda de violência nas escolas e a polarização política, há condições postas atualmente que tornam oportuna a discussão. "Temos primeiro a exaustão de um sistema tributário que ninguém consegue mais conviver com ele. Nem a federação, nem os entes federados, nem os setores. Ontem recebíamos o setor de serviços, da Confederação Nacional de Serviços (CNS), no grupo de trabalho na Câmara, e todos foram unânimes em dizer a gente tem que fazer a **reforma tributária** ", lembrou.

O GT promoveu na terça-feira (11) uma audiência pública com o setor de transportes, que expressou suas preocupações com o impacto das mudanças na tributação para a categoria.

Reforma possível

Nesse cenário, Ribeiro defende ainda que seja buscada, então, uma reforma que "atenda ao interesse do país", sem levar em conta somente os desejos do atual governo ou de parcela da sociedade.

"Uma reforma como essa é estruturante para o país.

Ela é progressiva porque visa distorcer o que construímos ao longo de 50 anos de história, onde nós nos especializamos, ao longo desse tempo, em construir o pior sistema tributário do planeta", criticou. Tal distorção, como aponta o deputado, dificulta a competitividade do Brasil diante do mundo.

Discutida há mais de 30 anos e com pelo menos seis propostas de emendas à Constituição (PECs) e um projeto de lei no Congresso Nacional, a **reforma tributária** é vista como uma maneira de revisitar a organização do sistema de **impostos** brasileiro, otimizando seu funcionamento e corrigindo distorções. A promessa do governo é avançar, finalmente, nesse tema e, desde fevereiro, a Câmara dos Deputados instituiu um Grupo de Trabalho (GT), para discutir as duas propostas de **reforma tributária** mais recentes do Congresso: a PEC 110/2019, do Senado, e a PEC 45/2019, da Câmara.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086781-nunca-teremos-ambiente-ideal-para-aprovar-a-reforma-tributaria-diz-relator.html>

Não adianta desenho bem feito sem sintonia , diz Mauro Silva sobre reforma

Rafaela Gonçalves

Em referência a reforma do sistema tributário para o país, o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco) , Mauro Silva, usou uma metáfora equiparando o tema à construção de um edifício. "Não adianta desenho muito bem feito se os engenheiros que forem colocar de pé esse prédio tributário Brasil não estiverem bem sintonizados e aproveitarem as experiências dos problemas passados."

Silva participou nesta quarta-feira (12/4) do seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com Unafisco Nacional. O debate, transmitido pelas redes sociais do Correio , reúne diversos especialistas da área econômica e políticos, entre eles o secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, e o deputado federal e economista Reginaldo Lopes (PT-MG) , coordenador do Grupo de Trabalho da reforma na Câmara.

Cinco pilares

Silva citou os cinco pilares do sistema tributário brasileiro: tributação sobre o consumo, renda, patrimônio, comércio exterior e financiamento da previdência. Para ele, há problemas em todos os "andares do edifício" não sendo possível focar apenas em determinadas distorções do sistema atual.

"O nosso recado quer dizer que esse novo prédio Brasil tem que acompanhar todos esses andares e o velho prédio, naquele em que mostramos que há privilégios, muitos pobres e que é complexo", afirmou. "Uma vez que a renda das famílias e o investimento das empresas cheguem em mais de 80% do **PIB** (Produto Interno Bruto), é compreensível que se jogue um olhar mais preocupante sobre a tributação do consumo, mas eu não posso ignorar que o prédio Brasil, na questão tributária, não tem só um andar", exemplificou.

Segundo o presidente da Unafisco, os engenheiros do "prédio" do sistema tributário brasileiro são os parlamentares e destacou a importância do diálogo para a construção da reforma que está sendo discutida no Congresso. "A reforma é um desafio político e,

sendo um desafio político, depende de que a sociedade seja esclarecida para que essa compreensão chegue também até o Congresso Nacional. Há obstáculos a serem ultrapassados e só o debate pode fazer com que se clareie os caminhos", avaliou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086773-nao-adianta-desenho-bem-feito-sem-sintonia-diz-mauro-silva-sobre-reforma.html>

Todos os países têm tratamento diferenciado na tributação de serviços financeiros, diz Appy

Brasília

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, disse nesta quarta-feira, 12, que todos os países têm regimes especiais para operações com bens imóveis e tratamento diferenciado na tributação de serviços financeiros. Segundo ele, ambas as propostas em tramitação no Congresso contemplam essas questões.

Parte dos serviços financeiros é prestada sob a forma de margem como, por exemplo, o spread numa operação de crédito. De quando você cobra um serviço sob a forma de margem, você não consegue alocar o imposto em operação por operação, como é o caso do IVA. Esse regime diferenciado não necessariamente é favorecido, mas diferente, afirmou o secretário, em evento organizado pelo Correio Braziliense.

Appy destacou que decisões políticas podem conferir outros regimes favorecidos na **reforma tributária**.

A PEC 110 tem um dispositivo genérico dizendo que uma lei complementar irá definir os setores com regimes favorecidos.

Já PEC 45 tem uma lista de setores que poderiam ter tratamento favorecido por 12 anos, incluindo saúde, educação, produtos agropecuários, transporte público de passageiros, transporte de cargas e entidades beneficentes.

Não necessariamente tratamento favorecido significa ter alíquota menor. Há formas diferentes de se fazer isso, incluindo regras diferentes de creditamento, isenção ou sistema de devolução de imposto, completou o secretário.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/12/todos-os-paises-tem-tratamento-diferenciado-na-tributacao-de-servicos-financeiros-diz-appy.htm>

Sistema tributário atual é um manicômio tributário , diz Roberto Rocha

Henrique Lessa

O ex-senador Roberto Rocha (PTB-MA) afirma que o sistema tributário atual é "um manicômio tributário". Relator da proposta de emenda constitucional que trata do projeto de **reforma tributária** sobre os **impostos** de consumo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, ele apontou que o projeto tem o objetivo de corrigir as injustiças do sistema tributário brasileiro, que tributa proporcionalmente mais o pobre que emprega toda a sua renda em consumo.

Rocha apontou também que a complexidade tributária torna o sistema extremamente caro ao empresário. "As empresas pagam no Brasil mais de 1% do **PIB** só para fazer a gestão tributária", destacou. E apontou que isso afasta investimentos do Brasil. O ex-senador participou nesta quarta-feira (12/4) do seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com Unafisco Nacional.

Para o ex-senador, o Brasil tem o pior sistema tributário do mundo. Não há, portanto, segundo ele, o que se discutir sobre a necessidade de se realizar uma **reforma tributária** no país. Disse também, no evento do Correio , que, de acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Tributárias (IPBT), o país gerou desde a Constituinte de 1988 mais de 5,6 milhões de novas regras tributárias, o que justifica o gasto elevado das organizações na gestão dos processos tributários.

Mercado digital

Roberto Rocha explicou ainda que o sistema tributário brasileiro está na era analógica enquanto a sociedade já é digital. Na opinião dele, não faz sentido que entre as maiores empresas do país existam plataformas que não são tributadas. "Nós temos o maior restaurante do Brasil, que não tem uma panela, o iFood, a maior rede de táxis, que não tem um carro, e a maior rede de hotel do país, que não tem um quarto", exemplificou o ex-senador.

Para ele, é importante que o sistema de tributação nacional, que sempre rastreou produtos, entre agora na nova era e foque em rastrear o dinheiro, o que possibilitará a inclusão dos mercados digitais na base

tributária.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086776-sistema-tributario-atual-e-um-manicomio-tributario-diz-roberto-rocha.html>

Alckmin diz que regra fiscal é uma 'engenharia bem-feita e bastante inteligente'

Brasília

|
Plínio Aguiar, do R7, em Brasília

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), avaliou nesta quarta-feira (12) que a proposta da nova regra fiscal do país, cujo texto será encaminhado pelo Executivo ao Legislativo nessa semana, "é uma engenharia bem-feita", "inteligente" e que vai "aumentar a competitividade".

"Sempre há preocupação com a dívida pública, mas nós tínhamos um modelo talvez até bem-intencionado, mas que no fim acabava com o investimento. E não é possível o país crescer sem investimento. É ela [nova âncora fiscal] que vai trazer investimento e aumentar a competitividade", afirmou Alckmin.

"A nova ancoragem é inteligente porque estabelece rigor com os gastos públicos. A curva da dívida pública vai cair. E, de outro lado, não é cíclica, é anticíclica. Quando a economia crescer muito forte, terá teto de gastos. Quando tiver mais fraca, também terá um piso para ajudar a alavancar a atividade econômica", completou.

As declarações foram dadas pelo presidente em exercício durante o fórum sobre avanços na infraestrutura e reindustrialização, realizado pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), em Brasília.

O novo arcabouço fiscal substitui o teto de gastos. A regra, que estava em vigor desde 2017, também estabelecia um limite para as despesas públicas do governo. A diferença entre as duas normas é que o arcabouço fiscal define quanto o Executivo pode gastar, a partir do que ele conseguiu arrecadar no intervalo de um ano com **impostos**, taxas, contribuições e aluguéis, que são as chamadas receitas primárias. Já o teto de gastos limitava novas despesas à **inflação** acumulada no período de um ano.

De acordo com o novo arcabouço, o governo vai poder ampliar os gastos públicos em até 70% do que for registrado de crescimento da receita. Ou seja, se for

constatado que o Executivo aumentou a arrecadação tributária em R\$ 200 bilhões em um espaço de 12 meses, o máximo que ele vai poder gastar com novas despesas no ano seguinte são R\$ 140 bilhões.

Mas não será sempre que o governo terá o direito de assumir novos gastos nesse patamar de 70%. Segundo as regras do arcabouço fiscal, mesmo diante de uma situação bastante positiva para a economia, o Executivo só poderá ampliar as despesas até um patamar que represente crescimento real, isto é, acima da **inflação**.

De acordo com o arcabouço, mesmo quando o governo federal não tiver saldo positivo, os gastos públicos deverão subir no mínimo 0,6%. Por outro lado, se a arrecadação exceder as expectativas do Executivo, as despesas poderão crescer até 2,5%. Gastos com saúde e educação, no entanto, não ficarão limitados a esse parâmetro.

As metas de resultado primário do Executivo para os próximos anos são: 0% do **PIB** em 2024; superávit de 0,5% do **PIB** em 2025; e superávit de 1% do **PIB** em 2026. O arcabouço prevê, também, um valor mínimo de R\$ 75 bilhões para investimentos. Esse piso será corrigido todos os anos, pela **inflação**.

Ainda no evento sobre infraestrutura e reindustrialização, Alckmin voltou a criticar o sistema tributário atual do país e chamou o modelo de "ilógico" e "mais caro do mundo".

O presidente em exercício também voltou a falar que a **reforma tributária** vai elevar o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 10%. A estimativa leva em conta dados do Ministério da Fazenda.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/alkmin-diz-que-regra-fiscal-e-uma-engenharia-bem-feita-e-bastante-inteligente-12042023>

Reforma tributária terá 2º bloco com mudança em impostos sobre salários e patrimônio, diz Appy

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, disse nesta quarta-feira, 12, que o segundo bloco da reforma, que tratará dos **impostos** sobre a renda, também pode incluir mudanças na tributação da folha de salários.

A agenda da **reforma tributária** do governo tem dois blocos. O primeiro bloco que está sendo discutido neste momento no Congresso é a reforma da tributação do consumo. E teremos um segundo bloco, que é a reforma da tributação da renda e muito possivelmente da folha de salários, que virá em seguida. Também vão ser propostas algumas mudanças na tributação do patrimônio, parte no primeiro e parte no segundo bloco, afirmou, em evento organizado pelo Correio Braziliense.

Em nova defesa da reforma, Appy repetiu que as duas propostas de simplificação da tributação do consumo que tramitam no Congresso convergiram ao longo dos últimos anos para relatórios semelhantes. A grande diferença entre elas é que uma propõe a criação de um IVA único e a outra de dois IVAs, sendo um federal e outro estadual/municipal. Ambas também criam um imposto seletivo extrafiscal, detalhou.

Appy ainda disse que todos os países têm regimes especiais para operações com bens imóveis e tratamento diferenciado na tributação de serviços financeiros. Segundo ele, ambas as propostas em tramitação no Congresso contemplam essas questões.

Parte dos serviços financeiros é prestada sob a forma de margem como, por exemplo, o spread numa operação de crédito. De quando você cobra um serviço sob a forma de margem, você não consegue alocar o imposto em operação por operação, como é o caso do IVA. Esse regime diferenciado não necessariamente é favorecido, mas diferente, afirmou, em evento organizado pelo Correio Braziliense.

Appy destacou que decisões políticas podem conferir outros regimes favorecidos na **reforma tributária**. A PEC 110 tem um dispositivo genérico dizendo que uma lei complementar irá definir os setores com regimes favorecidos. Já PEC 45 tem uma lista de setores que poderiam ter tratamento favorecido por 12

anos, incluindo saúde, educação, produtos agropecuários, transporte público de passageiros, transporte de cargas e entidades beneficentes.

Não necessariamente tratamento favorecido significa ter alíquota menor. Há formas diferentes de se fazer isso, incluindo regras diferentes de creditamento, isenção ou sistema de devolução de imposto, completou o secretário.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/reforma-tributaria-tera-2-bloco-com-mudanca-em-impostos-sobre-salarios-e-patrimonio-diz-appy,02cd9a35ef03b78450a33a17bcf403c3guyln20.html>

Reforma tributária vai reduzir as desigualdades regionais , garante secretário

Rosana Hessel

A **reforma tributária** vai trazer mais equilíbrio entre a distribuição da riqueza entre os municípios, reduzindo a diferença entre o que ganha mais e o que ganha menos de 200 para 15 vezes. Para o economista Bernard Appy, secretário extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, a **reforma tributária** vai "reduzir as desigualdades regionais".

"Todos os estados ganham com a reforma", afirmou nesta quarta-feira (12/4) o especialista da área tributária e que integra o novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele foi responsável pela abertura do seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com Unafisco Nacional. Segundo Appy, a mudança do sistema tributário, com um imposto único sobre bens e serviços, vai ser benéfica para todos os setores da economia.

O resultado da reforma do sistema tributário brasileiro será um "jogo de soma zero", de acordo com o secretário. Ele garante que não haverá aumento da carga tributária e essa mudança será benéfica para "todos os setores da economia", inclusive, o de serviços, porque vai permitir aumentar a renda dos mais pobres com o sistema de "cashback tributário" que está previsto nas duas propostas de emenda à Constituição que tratam do assunto no Congresso: a PEC 45/2019, da Câmara, e a PEC 110/2019, do Senado.

Na avaliação de Appy, uma **reforma tributária** que unifique os **impostos** federais e regionais, facilitando o entendimento do sistema para consumidores, empresas e investidores, poderá permitir um crescimento de, pelo menos, 12%, no Produto Interno Bruto (**PIB**). Contudo, ele cita estudos que indicam que será possível que o **PIB** potencial aumente em até 20%, entre 10 e 20 anos.

O secretário reforçou ainda que o governo federal vai apoiar a proposta de **reforma tributária** do Congresso Nacional sobre o consumo e ressaltou que, tanto a PEC 45 quanto a PEC 110 possuem textos muito parecidos, com poucas diferenças, como a questão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único, no caso da primeira, ou IVA dual, no caso da segunda.

A complexidade do atual sistema tributário é um dos principais problemas do país, que perde competitividade internacional, na avaliação de Appy. Ele citou um exemplo de como o custo do litígio no sistema tributário é elevado no Brasil, ao comparar o tamanho do departamento jurídico das empresas do país com outras semelhantes lá fora ou de escritórios de advocacia. "No Brasil, um escritório de advocacia de 400 advogados, tem 100 trabalhando na área tributária, e no exterior, esse número cai para dois. Essa é a diferença do custo do litígio no Brasil em outros países."

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086766-reforma-tributaria-vai-reduzir-as-desigualdades-regionais-garante-secretario.html>

Appy sobre demora na reforma tributária: Estamos perdendo competitividade

Rosana Hessel

A **reforma tributária** sobre o consumo é importante porque esses **tributos** que incidem sobre bens de serviços geram um impacto muito negativo sobre a economia brasileira, destaca o economista Bernard Appy, secretário extraordinário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda.

"Estamos perdendo competitividade", alertou o secretário durante a abertura, nesta quarta-feira (12/4), do seminário Correio Talks - **Reforma Tributária**: o Brasil quer **impostos** justos , realizado pelo Correio Braziliense , em parceria com a Unafisco Nacional. "A complexidade do sistema tributário não é exagero. A gente só tem exceção à regra e uma quantidade enorme de alíquotas, regimes especiais e benefícios fiscais", acrescentou.

Segundo Appy, uma **reforma tributária** que corrija as distorções pode alavancar o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial em até 20% nos próximos 10 a 20 anos.

"O ideal é ter o mínimo de exceções", defendeu o secretário, em seu discurso no evento do Correio . Ele não poupou críticas à complexidade do atual sistema tributário que gera distorções, reduz a competitividade do país e onera os investimentos e as exportações.

Segundo ele, a **reforma tributária** desenhada pelo atual governo será feita em duas etapas, a primeira, no consumo e, em uma segunda etapa, a reforma vai ocorrer em um outro momento e vai atacar a questão da renda e das sonegação. De acordo com ele, o principal objetivo da **reforma tributária** é eliminar a "maluquice do sistema tributário atual", porque será benefício para "todos os sistemas da economia".

"A complexidade do sistema tributário não é exagero. A gente só tem exceção à regra e uma quantidade enorme de alíquotas, regimes especiais e benefícios fiscais", destacou o economista, que elogiou as duas propostas de emenda à Constituição de reforma que estão no Congresso Nacional, a PEC 45/2019, da Câmara, e a PEC 110/2019, do Senado, são muito parecidos, porque ambas propõem uma espécie de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), sobre consumo e serviços.

Segundo ele, os textos atualizados são bastante parecidos e acabam com a tributação na origem e não possuem benefícios fiscais. O secretário destacou que a principal diferença entre ambas é que a PEC 45 é uma proposta do imposto único, compartilhado entre governo federal e entes federativos, enquanto isso, a PEC 110 propõe um IVA dual, sendo um federal e o outro compartilhado entre estados e municípios. "O governo federal está apoiando o Congresso em uma proposta de **reforma tributária** a partir dos textos que estão tramitando", assegurou.

Além disso, ambas as PECs propõem uma tributação extra para os produtos poluentes e que agridam o meio ambiente e para os que prejudicam à saúde, como cigarros, de acordo com o especialista. Ele acrescentou que uma das novidades é o cashback do imposto para fins sociais e dará transparência para o consumidor sobre os **impostos** sobre os produtos pagos pelo consumidor. "Hoje o consumidor não tem a menor ideia de quanto ele paga imposto. No processo do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), isso é absolutamente transparente", garantiu.

Uma das principais vantagens da **reforma tributária**, de acordo com o secretário, será a redução de litígios e melhora da segurança jurídica, que ajudará a estimular os investimentos no país. "O litígio tem custo para as empresas e para o governo, com a defesa de seus interesses. E isso gera insegurança jurídica, podendo comprometer em até 50% o patrimônio líquido de algumas empresas", afirmou.

A carga tributária não será elevada na transição de PIS-Confins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se a reforma for aprovada até 2023 ou início de 2024, a transição poderia ocorrer até meados de 2025, com a gestão compartilhada na gestão dos **impostos** federais e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, e do Imposto sobre Serviços (ISS), que é municipal, seria encerrada entre 2027 e 2030.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

***[http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/
5086756-appy-sobre-demora-na-reforma-tributaria-
estamos-perdendo-competitividade.html](http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086756-appy-sobre-demora-na-reforma-tributaria-estamos-perdendo-competitividade.html)***

Frentes parlamentares planejam reunião para articular benefícios na reforma tributária

Brasília

/
Bruna Lima, do R7, em Brasília

Deputados e senadores que compõem a Frente Parlamentar de Serviços (FPS), reinstalada nesta terça-feira (11), planejam uma reunião com membros de outros grupos para aprofundar a discussão em torno da consolidação do texto da **reforma tributária** e resolver o entrave marcado pela necessidade de atender aos pedidos de cada setor da economia.

"Precisamos nos comunicar com as outras frentes com os temas em comum. Muitas demandas do setor de serviço são também das micro e pequenas empresas", exemplificou o presidente da FPS, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

A FPS defende alíquotas diferenciadas para o setor, da mesma forma com que frentes como a da agropecuária e do empreendedorismo também já levantaram em reuniões com lideranças do grupo técnico que discute a **reforma tributária** na Câmara dos Deputados.

A tendência de unificar **impostos** é positiva, mas não há como estabelecer um IVA [Imposto de Valor Agregado] único, porque os setores são múltiplos e as atividades, diferentes. Então, é necessário ter características tributárias diferentes.

vice-presidente da FPS, Júlio Lopes (PP-RJ)

Para o parlamentar, a diferenciação para alguns setores seria justa. "O que complica são as 490 mil normas fiscais atuais".

Na proposta da **reforma tributária**, a ideia é simplificar a cobrança com a criação do Imposto sobre Valor Agregado, para unificar **tributos** federais (PIS/Cofins e IPI), estadual (ICMS) e municipal (ISS). A estimativa é que a alíquota seja de 25% para não gerar aumento ou perda de arrecadação.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) também reivindica alíquota própria. "Temos vontade de apoiar uma **reforma tributária**, mas, obviamente, se ela for

prejudicial ao produtor rural brasileiro, nós não apoiaremos. Somos uma frente com mais de 300 membros, com força política para fazer valer a vontade dentro do Congresso", declarou o deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da FPA.

Coordenador do grupo técnico que discute a reforma, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) já levantou a possibilidade de aplicar alíquotas diferenciadas a setores como saúde, educação, transporte e agronegócio.

Dentro do Imposto de Valor Agregado (IVA), alguns setores precisam de tratamento diferenciado, com uma alíquota diferenciada. Os estudos mostram um IVA de 25%. Então, você pode ter um IVA menor para setores específicos.

deputado Reginaldo Lopes (PT-MG)

A facilitação de crédito e desoneração permanente da folha de pagamento são outros temas de convergência entre as frentes. A ideia dos parlamentares que tratam o tema é chegar a um equilíbrio sobre os assuntos para garantir a aprovação do texto ainda no primeiro semestre deste ano.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/frentes-parlamentares-planejam-reuniao-para-articular-beneficios-na-reforma-tributaria-12042023>

Shein taxada? Governo acabará com isenção de imposto de compras internacionais até US\$ 50; entenda

BRASÍLIA - A **Receita Federal** vai acabar com a isenção de imposto em compras internacionais entre pessoas físicas até US\$ 50, a fim de combater o que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chamou de contrabando digital. Como mostrou o Estadão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e membros do Congresso Nacional vinham pressionando pela medida, alegando que e-commerces estrangeiros como os gigantes asiáticos Shein, Shopee e Aliexpress têm driblado a tributação devida no País.

Segundo o governo, a isenção do imposto de importação em compras internacionais de até US\$ 50, válida exclusivamente para transações entre pessoas físicas, vem sendo utilizada de forma ilegal por essas plataformas, que estariam enviando as encomendas como se o remetente fosse uma pessoa física, e não uma empresa. Além disso, outra estratégia apontada é a divisão de um mesmo pedido em vários pacotes menores, a fim de não ultrapassar a faixa de isenção.

A medida anunciada pela Receita, porém, não significa a criação de um novo tributo para essas varejistas, mas sim uma tentativa de evitar a evasão do pagamento do imposto de importação, a que essas plataformas já estão sujeitas.

Em compras de até US\$ 500, a alíquota do imposto de importação é 60% sobre o chamado valor aduaneiro, que consiste na soma do valor da compra, taxa do frete e seguro, se houver. Em compras entre US\$ 500 e US\$ 3 mil, valor limite de importação para pessoa física, incidem também outras taxas. Assim, a depender do valor do frete, por exemplo, o imposto pode sair mais caro do que o próprio valor da mercadoria.

A ação faz parte do pacote de medidas de Haddad para aumentar a arrecadação do governo, viabilizando as metas do novo arcabouço fiscal. Segundo o ministro, a medida deve render entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões aos cofres públicos.

Segundo apurou o Estadão, o tema também deve ser contemplado na **reforma tributária**, que está sendo discutida pelo Ministério da Fazenda e pelo Congresso

Nacional. Isso porque o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será criado para fundir os **tributos** atuais, estabelece uma tributação equivalente do produto nacional e importado, independentemente do valor.

Assim, e-commerces estrangeiros teriam de se registrar e recolher o IVA. A reforma, porém, prevê uma transição gradual e longa - que pode levar até 2031. Por isso, empresas do varejo nacional vinham cobrando uma solução mais rápida.

Haddad, porém, vem sendo pressionado nas redes sociais para não taxar essas plataformas. Você não está nem doido de mexer com as taxações da Shein, comentou uma usuária na página do ministro no Instagram. Diminui os **tributos** das lojas brasileiras que voltamos a consumir os produtos daqui, escreveu outra pessoa. Mexa com tudo, mas não mexa com a nossa Shein. Deixa os pobres comprarem em paz, diz outro comentário.

A briga dos varejistas nacionais com os e-commerces estrangeiros não é nova, mas ganhou força com a explosão de vendas da gigante de fast fashion chinesa Shein, que vende roupas e acessórios a preços baixos. Ela começou a operar no Brasil em 2020 e viu sua popularidade disparar com a pandemia, que potencializou as compras online.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/shein-taxada-governo-acabara-com-isencao-de-imposto-de-compras-internacionais-ate-us-50-entenda,8e40c820bac1fb030c451a14c5c5bcf72895gzz5.html>

Setor de transportes defende diversificação de alíquotas na reforma tributária

Táisa Medeiros

Em audiência pública nesta terça-feira (11/4), o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que discute a **reforma tributária** recebeu entidades do setor de transportes para discutir os impactos sobre as empresas da categoria com as mudanças na tributação.

Além dos representantes das organizações, também participaram da reunião o ex-ministro da **Previdência Social** Nelson Machado, atualmente diretor do Centro de Cidadania Fiscal; a representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Letícia Pimentel; o diretor de gestão da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Marcos Bicalho dos Santos; o presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese e a advogada tributarista da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Alessandra Brandão.

Os convites foram feitos pelos deputados, uma vez que mudanças promovidas pela **reforma tributária** tendem a afetar diretamente todo o setor.

Fernando Garcia de Freitas, assessor econômico da Confederação Nacional de Serviços (CNS) disse que a Confederação defende uma reforma neutra e com alíquota única. "Quando a gente propõe uma alíquota única temos implicações redistributivas sobre preço e carga tributária dos setores. Uma alíquota de 25%, que se fala muito, não atende o princípio da neutralidade. Ela arrecada muito mais, vai aumentar a arrecadação do estado em 2,7%. Tem o impacto de extrair renda do setor privado e injetar esse dinheiro no governo. Precisamos pensar bem os níveis de alíquota que vamos ter. Diferenciar alíquotas pode ser muito importante para minimizar os efeitos sobre alguns setores", alertou.

Em nome da Confederação Nacional do Transporte (CNT), a consultora tributária Alessandra Brandão disse ser favorável a qualquer **reforma tributária** que busque simplificação, que torne o país competitivo. "Me preocupa porque hoje ouvi falar em arrecadação, empresa, simplificação, bases estatísticas, mas hora nenhuma ouvi falar do consumidor final, que é o verdadeiro contribuinte do imposto. Hora nenhuma foi mencionado nos projetos, nas justificativas, a preocupação que a OCDE tem, que a tributação sobre

consumo representa que é a progressividade", disse, defendendo também a diversificação das alíquotas.

Arcabouço fiscal

Entrevista à CNN Brasil nesta terça-feira, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o debate sobre a **reforma tributária** deve ganhar fôlego após a aprovação do novo arcabouço fiscal. Eu diria que o debate sobre a **reforma tributária** vai se intensificar, e não tenha dúvida, com a participação dos ministros e do próprio presidente (Lula), a partir da aprovação do novo marco fiscal , disse.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5086657-setor-de-transportes-defende-diversificacao-de-aliquotas-na-reforma-tributaria.html>

Rui Costa: Misturar arcabouço com tributária não é adequado

Brasília

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o governo avalia que o arcabouço fiscal deve tramitar no Congresso em momento diferente ao da **reforma tributária**. De acordo com ele, o debate sobre **reforma tributária** se intensificará a partir da aprovação do novo marco fiscal.

Queremos trabalhar por etapas. A primeira etapa é a apresentação formal que vai se dar nos próximos dias do arcabouço fiscal, no envio do projeto ao Congresso, disse em entrevista à CNN Brasil. Misturar as duas coisas, neste momento, nós consideramos que não é adequado.

No momento, o foco do governo é a aprovação do arcabouço fiscal pelo Congresso que, em sua avaliação, deve receber apoio de ampla maioria no Legislativo. Para Costa, a base do governo no Congresso é firme.

Ao comentar sobre o sistema tributário brasileiro, Costa criticou a forma praticada no País que, em sua visão, representa um dos países de maior injustiça tributária. Quase a totalidade dos países desenvolvidos do mundo tributa mais quem tem renda maior e quem tem uma renda menor, obviamente, acontece o oposto, citou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/11/rui-costa-misturar-arcabouco-com-tributaria-nao-e-adequado.htm>

ZFM entra no centro de debates da reforma tributária

Michelle Portela

No centro de debates sobre a **reforma tributária**, a Zona Franca de Manaus (ZFM) será tema de debate pelo grupo de trabalho formado por parlamentares durante uma audiência pública em Manaus, na próxima sexta-feira (14).

Na última semana, o diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Rodrigo Octávio Orair, disse que "há um acordo de natureza política" para manter as vantagens comparativas do modelo na Amazônia. Anteriormente, o próprio relator da matéria na Câmara, Agnaldo Ribeiro (PP-PB), disse que havia sido montado um grupo de trabalho para discutir os benefícios fiscais do modelo e de outras exceções.

Na última semana, o Pólo Industrial de Manaus (PIM/ZFM) apresentou seu balanço. Em janeiro de 2023, obteve lucro recorde ao alcançar faturamento de R\$ 13,07 bilhões. O resultado é 7,47% superior ao de janeiro de 2022 (R\$ 12,16 bilhões).

Ainda no evento do Bradesco BBI, na última semana, o secretário disse que não adianta a secretaria ficar abraçada à melhor decisão técnica, aos plateia formada por banqueiros e empresários.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5086650-zfm-entra-no-centro-de-debates-da-reforma-tributaria.html>

PT mira em Haddad, mas atira na conta da reforma tributária

O diretório nacional do PT decidiu convocar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para se reunir com as bancadas do PT no Senado e na Câmara para falar sobre as regras do arcabouço fiscal.

Durante o programa *Análise da Notícia*, o colunista do UOL José Roberto de Toledo afirmou que, embora a mira do Partido dos Trabalhadores esteja apontada para Haddad, a intenção é discutir caminhos e ônus políticos de uma **reforma tributária**.

José Roberto de Toledo

Na avaliação de Toledo, o partido está preocupado com a influência das decisões de Haddad no desempenho do PT nas eleições municipais de 2024. Ele afirmou que o PT pretende entender como Haddad quer compatibilizar o crescimento econômico do país e a diminuição do desemprego com um equilíbrio fiscal.

2024 é ano de eleição e obviamente o PT está preocupado com o ônus eleitoral que eles acham que eventualmente a política do Haddad pode trazer. (...) acho que o PT já está começando a orientar suas baterias para a batalha mais importante que vai travar, que é quem vai pagar a conta desse ajuste [fiscal], disse.

Equilíbrio de contas. Haddad precisa de R\$ 150 bilhões dentro das receitas para equilibrar as contas, e a preocupação do PT é de onde esse dinheiro irá sair ao mesmo tempo em que a economia cresça e o desemprego diminua. Para Toledo, o PT se preocupa com o fim das exonerações de alguns setores e qual será o impacto político dessa decisão.

Vitória para Haddad. Apesar da convocação de Haddad pelo diretório nacional do PT, o ministro da Fazenda conquistou uma vitória. Nesta terça-feira (11) a prévia da **inflação** mostrou números abaixo daqueles esperados pelo mercado e, como consequência, a bolsa de valores apresentou alta e o dólar caiu. Na avaliação de Toledo, a prévia da **inflação** é um forte argumento para Haddad brigar pela queda dos juros, sem depender apenas do controle de gastos para um crescimento econômico.

Ponto de atrito. Ainda durante o *Análise da Notícia*, Toledo afirmou que um ponto de atrito entre Haddad e o PT é a ideia de rever a regra dos gastos obrigatórios

com educação e saúde. Haddad e sua equipe estudam uma forma de evitar que um crescimento muito grande da receita nessas duas áreas acabe prejudicando outras áreas. A ideia é limitar o crescimento, mas a cúpula do PT discorda.

O *Análise da Notícia* vai ao ar às terças, quartas e quintas, às 19h.

Onde assistir: Ao vivo na home UOL, UOL no YouTube e Facebook do UOL.

Veja a íntegra do programa:

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jose-roberto-de-toledo/2023/04/11/pt-mira-em-haddad-mas-atira-na-conta-da-reforma-tributaria.htm>

'Juros vão cair com certeza', diz ministro da Casa Civil

Por Jeniffer Gularte - Brasília

Depois da divulgação do IPCA de março abaixo do esperado, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que a taxa de juros do Banco Central "vai cair com certeza". Segundo ele, a redução ocorrerá devido a entrada de dólar no Brasil com novos investimentos por meio de concessões e parcerias público privadas que serão estimuladas no plano de investimento que vem sendo elaborado pelo governo.

- Os juros vão cair com certeza. E esse otimismo e a entrada de dólar no Brasil a partir desses investimentos e de uma nova imagem do Brasil haverá de contribuir, não tem razão para manter os juros no patamar que estão. O maior juro do planeta. Hoje a sinalização de queda da inflação traz esse sentimento e reforça esse sentimento: de que os juros precisam cair - disse Rui Costa em entrevista à CNN Brasil.

A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC para discussão da taxa ocorrerá em 3 de maio. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgados pelo IBGE nesta terça-feira, mostra que a inflação ficou em 0,71% em março.

Apesar do avanço, o resultado aponta para uma desaceleração em relação ao mês de fevereiro, quando ficou em 0,84%.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e integrantes do primeiro escalão do governo têm criticado veementemente a taxa de juros do Banco Central, de 13,75%. Para Lula, a manutenção da Selic neste patamar poderá afetar a performance da economia e o desempenho do próprio governo.

Costa afirmou que o governo tem feito a lição de casa em busca de uma taxa menor, com a divulgação do novo arcabouço fiscal, a preparação da reforma tributária e contendo o gasto público:

- Estamos extinguindo a antiga Funasa porque é uma empresa ineficiente e custava mais de R\$ 1 bilhão, significa dinheiro público gasto de forma ineficiente. Estamos produzindo conceito no governo de qualidade de gasto público, mais do que a quantidade do que se gasta. Esse conjunto de iniciativas haverá de convencer o Banco Central a reduzir na próxima reunião a taxa de juros - disse Costa.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/juros-vao-cair-com-certeza-diz-ministro-da-casa-civil.ghtml>

Debate sobre reforma tributária se intensificará após aprovação de arcabouço fiscal, diz Rui Costa

O debate acerca da **reforma tributária** vai se intensificar a partir da aprovação do novo arcabouço fiscal, a ser apresentado formalmente ao Congresso Nacional pelo Ministério da Fazenda, disse o ministro da Casa Civil, Rui Costa, nesta terça-feira em entrevista à CNN Brasil.

Eu diria que o debate sobre a **reforma tributária** vai se intensificar, e não tenha dúvida, com a participação dos ministros e do próprio presidente (Lula), a partir da aprovação do novo marco fiscal , disse o ministro.

Costa disse que espera aprovar o marco com ampla maioria na Casa e, em seguida, prosseguir com o debate da **reforma tributária**. O Brasil é um dos países de maior injustiça tributária , acrescentou.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Debate sobre **reforma tributária** se intensificará após aprovação de arcabouço fiscal, diz Rui Costa

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/debate-sobre-reforma-tributaria-se-intensificara-apos-aprovacao-de-arcabouco-fiscal-diz-rui-costa,de081ae5ee8beb6aac0e23a27ad3f67c1vwnkpc.html>

Haddad defende reforma tributária em documento ao FMI

Publicado em 11/04/2023 - 17:24

Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Um regime tributário mais progressista - em que os ricos paguem proporcionalmente mais **impostos** que os pobres - incluirá os pobres no Orçamento e proporcionará desenvolvimento no médio e no longo prazo, informou nesta terça-feira (11) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele apresentou uma declaração por escrito ao Comitê Monetário e Financeiro do Fundo Monetário Internacional (IMFC, na sigla em inglês) com um resumo das propostas econômicas do governo.

"Nosso objetivo é trazer os pobres para o orçamento e os ricos para o sistema tributário", destacou Haddad no documento. Por causa da viagem oficial à China, o ministro não participará da Reunião de Primavera do FMI e do Banco Mundial, realizada nesta semana em Washington. O documento é assinado pelo Brasil e por mais dez países representados pelo assento brasileiro no órgão.

Segundo Haddad, o governo trabalha com o Congresso Nacional para permitir a aprovação de uma **reforma tributária** que corrija distorções e resulte em mudanças estruturais na economia brasileira. O ministro citou como resultados a simplificação da legislação e dos procedimentos, o fim da guerra fiscal entre estados e o aumento da transparência e da justiça no sistema.

"O principal objetivo [da **reforma tributária**] não é aumentar a receita, mas melhorar a qualidade da mobilização de receita. O sistema tributário do Brasil é excessivamente complexo, regressivo, distorcido e pesado. Ele onera indevidamente as empresas e acentua as desigualdades regionais e sociais", destacou o ministro.

A **reforma tributária** está prevista em duas fases. No primeiro semestre, o governo pretende reformular os **impostos** sobre o consumo, criando um imposto sobre valor adicionado (IVA) dual (uma parte arrecadada pela União e outra por estados e municípios). No segundo semestre, o governo pretende reformar o Imposto de Renda e a tributação dos lucros de empresas.

Segundo Haddad, o governo também aproveitará a

reforma tributária para revisar incentivos fiscais a determinados setores da economia. Conforme o ministro, a revisão dos gastos tributários - quanto o governo deixa de arrecadar com os incentivos - é necessária para combater a "captura do Estado" por determinados setores da economia e tornar o sistema tributário brasileiro mais justo e progressivo. Haddad ressaltou que os 27 governadores apoiam a proposta de **reforma tributária**.

O documento também listou as medidas fiscais adotadas nos primeiros 100 dias de governo. Entre as medidas mencionadas, estão a reversão de desonerações concedidas em 2022, inclusive sobre combustíveis, e a recomposição de verbas para necessidades imediatas de gastos.

Haddad mencionou o arcabouço fiscal, apresentado no fim de março. Segundo o ministro, as medidas conterão o crescimento da dívida pública.

"Apresentamos ao Congresso e à sociedade uma nova estrutura fiscal que pode estabilizar com credibilidade a dívida pública ao longo do tempo e, posteriormente, colocá-la em uma trajetória claramente descendente", destacou o documento. Haddad reiterou o compromisso de encerrar 2026 com superávit primário (resultado positivo nas contas do governo sem os juros na dívida pública) em torno de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas no país).

A declaração enviada ao FMI também abordou as mudanças climáticas. O ministro pediu estreita cooperação internacional para combater os efeitos do aquecimento global, principalmente em regiões mais vulneráveis. Conforme o documento, é possível conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação do meio ambiente.

"A pandemia mostrou o potencial e as deficiências da cooperação global diante de um desafio global esmagador. As autoridades de todo o mundo reagiram prontamente, seguindo diferentes estratégias e abordagens, inclusive o FMI. No entanto, estamos convencidos de que uma cooperação internacional mais estreita teria resultado muito melhor, especialmente para os países mais pobres e populações mais vulneráveis", destacou o ministro.

Em outro trecho, o documento advertiu sobre o risco

de fragmentação econômica global, trazida pelo crescimento do protecionismo e pela concentração dos fluxos comerciais e de investimentos entre países com o mesmo alinhamento geopolítico. De acordo com Haddad, as políticas industriais nas economias avançadas, que passaram a adotar medidas protecionistas e a subsidiar indústrias locais, podem piorar a situação de países em desenvolvimento.

"A redução da atividade global, a menor integração vertical das empresas, o protecionismo aberto ou disfarçado e o desvio de investimentos podem agravar a situação. Estamos convencidos de que garantir uma ordem econômica internacional baseada em regras que promovam a integração econômica, a diversificação da produção, o compartilhamento de conhecimento e menos pobreza e desigualdade é a melhor maneira de evitar uma maior fragmentação", afirmou o ministro no documento.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/haddad-defende-reforma-tributaria-em-documento-ao-fmi>

Congresso instala Comissão do Orçamento; presidência será de senadora do PSD

Por Elisa Clavery - TV Globo

O Congresso instalou nesta terça-feira (11) a Comissão Mista de Orçamento (CMO), formada por deputados e senadores e responsável por analisar projetos relativos a questões orçamentárias.

Por um acordo de lideranças, a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) foi eleita por aclamação para presidir a comissão, sem que houvesse concorrentes para a vaga. O irmão da senadora, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), é relator da **reforma tributária** na Câmara.

Após eleita, a senadora indicou o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) como relator do Orçamento. O parlamentar é um nome de confiança do presidente do partido, Valdemar da Costa Neto.

A cada ano, a presidência da CMO é revezada entre um senador e um deputado, assim como a relatoria do Orçamento.

LEIA TAMBÉM:

Congresso começa a instalar comissões que vão avaliar MPs do governo Lula; senadores veem boicote de deputados

Apesar de resistência inicial do governo em dar a relatoria do Orçamento para um nome da oposição, por ter a maior bancada da Câmara, o PL tem o precedente de escolha. O acordo foi definido durante as negociações sobre as presidências das comissões temáticas.

Após eleita presidente do colegiado, Daniella Ribeiro afirmou que se reuniu na manhã desta terça-feira com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para tratar de audiência pública, nos próximos dias, na CMO sobre o arcabouço fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Como funciona

Formada por 30 deputados e 10 senadores, a CMO analisa, entre outros:

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece

as diretrizes para elaboração do Orçamento do ano seguinte. O projeto deve ser enviado anualmente pelo Executivo ao Congresso até o dia 15 de abril; Plano Plurianual da União (PPA), que estabelece objetivos, diretrizes e metas de médio e longo prazo para programas de duração continuada do governo. Precisa ser encaminhado ao Congresso pela presidência da República até o fim de agosto do primeiro ano de mandato; Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê a receita e estima os gastos do Executivo federal para o ano seguinte. A proposta também precisa ser enviada pelo Executivo até o fim de agosto de cada ano.

Após a análise da CMO, as propostas ainda precisam ser analisadas em sessão do Congresso Nacional.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/11/congresso-instala-comissao-do-orcamento-presidencia-sera-de-senadora-do-psd.ghtml>

Precisamos promover a concorrência , defende secretário das reformas econômicas

Táisa Medeiros

O secretário das reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, defendeu nesta terça-feira (11/04) que o fomento à concorrência é a maneira mais eficiente para o crescimento econômico no Brasil.

"Existem muitas barreiras dentro do próprio estado para a competição, muitos **impostos**. Nossa missão é promover a concorrência inclusive dentro do governo, sem perder de vista a finalidade que a regulação tem, mas abrir espaço para que gere mais concorrência", defendeu.

Reforma tributária

A respeito da **reforma tributária**, o secretário destacou a missão de que as mudanças ajudem a corrigir as distorções na tributação, objetivo este que vem sendo discutido com o secretário especial Bernard Appy.

"O ideal para a gente, do ponto de vista da alocação de recursos produtivos, é que os **impostos** não fossem sentidos pelos empresários e que não fossem distorcidos na atividade econômica. Precisamos nos movimentar em torno do IVA, que tem sido adotado pela maioria dos países envolvidos, e gera menos distorções do ponto de vista econômico. É preciso ter regras específicas para cada setor, e por outro lado é preciso convergir para um modelo de simplificação tributária", explicou.

Além da **reforma tributária**, foi debatido na ocasião o crédito para empresas. A Caixa Econômica Federal firmou uma parceria com a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). O objetivo do acordo é incentivar o crescimento de micro e pequenas empresas, com soluções especiais de crédito e atendimento. Mais de 2,1 milhões de associados da CACB podem se beneficiar com o acordo.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5086539-precisamos-promover-a-concorrencia-defende-secretario-das-reformas-economicas.html>

Ao FMI, Haddad explicita intenção de 'trazer os pobres para o orçamento' e reformar sistema tributário

Por Fabíola Góis, Para o Valor - Washington

Por Fabíola Góis, Para o Valor - Washington

11/04/2023 15h15 Atualizado há uma hora

"Nosso objetivo é trazer os pobres para o orçamento e os ricos para o sistema tributário", voltou a afirmar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, agora em documento apresentado ao Comitê Monetário e Financeiro do Fundo Monetário Internacional (IMFC, na sigla em inglês). No fim de 2022, ele havia dito que a missão confiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva era colocar pobre no orçamento e rico no Imposto de Renda (IR).

O FMI e o Banco Mundial reúnem autoridades econômicas de todo o mundo até a próxima sexta-feira (14), em Washington, durante os chamados "Encontros de Primavera".

No texto, Haddad disse que o governo brasileiro, nesses primeiros três meses de 2023, passou a priorizar as necessidades imediatas de gastos, e reverteu isenções fiscais, inclusive sobre combustíveis, que haviam sido concedidas em 2022. "Apresentamos ao Congresso e à sociedade uma nova estrutura fiscal que pode estabilizar com credibilidade a dívida pública ao longo do tempo e, posteriormente, colocá-la em uma trajetória claramente descendente", explica o ministro. Segundo ele, o governo poderá registrar um superávit fiscal primário de 1% do PIB em 2026, último ano do mandato do governo.

Reformar o sistema tributário para torná-lo mais simples e justo é outra prioridade imediata. O documento apresentado por Haddad afirma que a nova administração está totalmente engajada com o Congresso para permitir a aprovação de uma **reforma tributária** há muito esperada para estabelecer simplificar procedimentos, evitar guerras fiscais entre unidades federativas e aumentar a transparência e a justiça no sistema.

"O principal objetivo não é aumentar a receita, mas melhorar a qualidade da mobilização de receita. O sistema tributário do Brasil é excessivamente

complexo, regressivo, distorcido e pesado. Ele onera indevidamente as empresas e acentua as desigualdades regionais e sociais", destaca. Haddad explicou ao FMI que a **reforma tributária** prevista inclui uma revisão abrangente dos gastos tributários para abordar as características perversas e regressivas do regime tributário brasileiro, e combater a "captura" do Estado.

Para o ministro, embora não seja uma panaceia, a **reforma tributária** será um grande passo para estabelecer um sistema mais simples e justo que aumentará a eficiência da economia. "Recentemente, todos os 27 governadores estaduais manifestaram seu apoio à proposta de **reforma tributária** em tramitação no Congresso, e esperamos que seja promulgada até o fim deste ano", prevê o ministro.

Site: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/11/ao-fmi-haddad-explicita-intencao-de-trazer-os-pobres-para-o-orcamento-e-reformar-sistema-tributario.ghtml>

Medidas fiscais do governo abrirão espaço para afrouxamento monetário, diz Haddad ao FMI

SÃO PAULO (Reuters) - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse em **comunicado** preparado para reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) que uma política monetária mais restritiva no Brasil está baixando a **inflação** e que a trajetória de consolidação fiscal do governo abrirá espaço para redução de juros.

Em **comunicado**, com datas de 13 e 14 de abril, Haddad afirmou ainda que o governo brasileiro está comprometido com a sustentabilidade fiscal e da dívida do país, tendo a **reforma tributária** como outra prioridade imediata.

(Reportagem Luana Maria Benedito)

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Medidas fiscais do governo abrirão espaço para afrouxamento monetário, diz Haddad ao FMI

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/11/medidas-fiscais-do-governo-abrirao-espaco-para-afrouxamento-monetario-diz-haddad-ao-fmi.htm>

A adoção do teto de gastos foi o ajuste mais perverso da economia , diz presidente da Abdib

O presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, sempre foi um crítico da ausência de Estado na infraestrutura. Na avaliação dele, não é possível ter avanço do setor sem que haja investimento público. Isso porque alguns projetos não são viáveis economicamente apenas com a iniciativa privada.

Por isso, é um crítico também do teto de gastos que foi implementado nos últimos anos e puniu o investimento do governo. É o ajuste mais perverso que existe numa economia, porque você tá acabando com seu capital fixo para o potencial de crescimento futuro. O executivo diz estar otimista com a nova proposta de controle de gasto público apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, apesar da preocupação com a responsabilidade fiscal, será possível voltar a investir.

Outro ponto importante é a retomada da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento do setor. Para isso, no entanto, será necessário rever a taxa TLP, adotada nos últimos anos, diz Tadini. Isso é um equívoco. Ela não permite que uma agência de fomento, como é o BNDES, tenha um papel anticíclico em momentos de dificuldades, de período de recessão na economia.

A partir de amanhã, a Abdib vai discutir esse e outros assunto no Forum 2023 - Avanços na Infraestrutura e Reindustrialização. O evento terá a presença de vários representantes do governo e também da iniciativa privada. Veja a seguir trechos a entrevista com o executivo.

Vemos algumas questões positivas. Primeiro é a clareza da forma como é tratada a questão da responsabilidade fiscal, mas sem perder de vista a questão do investimento que havia sido perdido. A gente nunca teve uma queda tão substantiva do investimento público como teve nos últimos cinco anos. Investimento tem de ter caráter de flexibilidade para ser usado como ação anticíclica. E o que nós tínhamos antes era justamente o contrário. Havia um teto onde o investimento era um gasto discricionário e as demais despesas avançavam, corrigida pela **inflação**, e o investimento era cortado. É o ajuste mais

perverso que existe numa economia, porque você tá acabando com seu capital fixo para o potencial de crescimento futuro. Então essa equipe econômica tem a clareza de que investimento é absolutamente fundamental para a infraestrutura e, conseqüentemente, para a retomada do crescimento.

Há uma série de questões que estão sendo avaliadas, principalmente o programa de apoio à transição energética ligada ao processo de reindustrialização. Isso está sendo discutido dentro do BNDES, no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento. O Brasil vai ser um player importante na transição energética, com fontes renováveis e com hidrogênio verde. Isso vai bater na indústria com um novo ciclo de substituição de importações. A Abdib sempre foi a favor de não ter apenas incentivos horizontais para indústria, mas ter incentivos específicos para setores e para produtos. Aliás, nos Estados Unidos, toda parte de eólica e solar está atrelada ao desenvolvimento e industrialização de várias cidades no país, com produtos definidos, como painéis solares. Os Estados Unidos não querem depender da China para ter painéis solares nem da Coreia e Taiwan para ter semicondutores. Política industrial não se faz só pela orientação dos vetores de mercado, principalmente o conceito de indústria nascente, de concorrência internacional. Você tem de ter na partida apoios importantes para desenvolver sua indústria.

Em todas as reuniões em que eu participei com o vice-presidente, que é o ministro de Indústria e Comércio (Geraldo Alckmin), na Fiesp e em todas as reuniões em que eu participei com o presidente do BNDES, isso está absolutamente claro, que essa articulação tem de ser feita. O próprio acordo operacional entre o MDIC e o Ministério de Minas e Energia. Isso está em pleno andamento. Essa leitura da importância de indução do Estado para a articulação de políticas públicas é um resgate fantástico que está sendo feito.

Temos coisas e segmentos distintos. No transporte e logística, tivemos um avanço fantástico no programa de participação privada nas estradas federais pavimentada. Só que isso chegou a 20% da malha e

difícilmente vai passar de 30%. O que aconteceu com o restante da malha que não foi colocado de forma transparente? É que a malha rodoviária federal pavimentada está depauperada. Se você pegar os dados da CNT sobre qualidade, vai ver que o nível é muito ruim. Então essa questão é que tem de ficar clara, que por mais que você avance e principalmente em questão de rodovias e ferrovias, você tem de contar com a participação do setor público mesmo que seja para induzir PPP. Se você notar, o governo federal não fez PPP porque precisava de contrapartida de recursos do Governo Federal para fazer e não queria colocar dinheiro no orçamento. Então o para fazer PPP você precisa ter recurso do orçamento, você precisa dar a capacidade para o Estado dar essas garantias e colocar recursos nesse projeto.

Tem alguns segmentos, como saneamento, em que o efeito do novo Marco Regulatório fez a gente ver (concessões) a Cedae no Rio de Janeiro, Alagoas, Pará, Piauí. As coisas acabaram avançando de forma significativa. E ainda tem ainda um grande espaço para o setor privado participar, mas também terá de contar com recursos públicos daqueles segmentos e daquelas empresas Estaduais que não forem de fato avançados para a participação privada. No caso de ferrovia, não dá para fazer projeto estruturante de ferrovia só com setor privado. É um projeto de 12, 15 anos de caixa negativo.

O que é preciso analisar é a peculiaridade do setor de saneamento. Obviamente não foi isso que nós negociamos durante quatro anos. Agora vai depender dessa questão que está sendo regulamentada e da própria iniciativa de governadores estaduais. Alguns governadores independentemente do que ficar estabelecido vão continuar com a participação privada, como Minas e São Paulo. Quando olhar para os índices de qualidade vai ficar fácil comparar. A participação da iniciativa saiu de 6% para 24% e tá chegando a 25%. Vai ficar mais fácil comparar questão de eficiência, índices de perdas, nível de investimento por habitante, nível de coleta e tratamento. Aí é esperar que o bom senso prevaleça.

Tem tido mais problema de engenharia do que de construção. Em construção, mesmo nas grandes empresas, sempre havia o fatiamento e subcontratação das obras. Agora não tenha dúvida de que houve um baque muito grande. Nós tínhamos um segmento com uma inserção internacional forte, que era ponta de lança para exportação de outros bens produzidos aqui no Brasil e isso de fato sofreu. As empresas tiveram realmente muitos problemas e ainda estão tendo. Isso foi um retrocesso na capacidade de inserção internacional dessas empresas. Isso por causa da forma como foram tratadas na Lava Jato. Não houve uma maneira adequada no processo rápido

e renegociação, a exemplo do que teve no subprime nos Estados Unidos, onde o Estado entrou e renegociou rapidamente. Lá tem o Chapter 11 (equivalente à recuperação judicial) em que a empresa continua funcionando. Aqui teve um tratamento muito inadequado com o processo produtivo, contra as empresas. Os executivos e acionistas, sem dúvida nenhuma, tinham de ser punidos. Agora a empresa, um patrimônio daquela grandeza, jamais poderia ser prejudicada.

Eu não vejo tanto isso do ponto de vista de construção, porque as empresas tinham até estruturas internacionais que tiveram de ser desativadas. E, logicamente, há aqui no Brasil outras construtoras que foram se readequando e absorvendo nichos que antes estavam na mão das grande. Então eu acho mais difícil ter impactos na construção. Mas, em função da quantidade de projetos que foram licitados nos Estados, municípios e no governo federal, começa a ter um problema em relação a mão de obra na parte de engenharia do projeto.

A primeira coisa é a TLP como indexador geral do BNDES. Isso é um equívoco. Ela não permite que uma agência de fomento, como é o BNDES, tenha um papel anticíclico em momentos de dificuldades, de período de recessão na economia. O Nelson Barbosa tem feito declarações e está atuando no sentido de permitir um leque de indexadores que dê condições de tratamento adequado para projetos de longo prazo e para inovação tecnológica, etc. Para isso, ele está atuando logicamente no segmento de infraestrutura, na reindustrialização. Certamente, vai ter de reduzir a participação no atendimento ao setor agrícola e vai ter de fazer novas captações de recursos para que aumente a participação do banco. Acreditamos que o BNDES deveria, pelo menos, dobrar o tamanho que tem hoje. Ele encolheu demais e essa encolhida realmente não foi boa. Isso é parte do reflexo da própria recessão e parte do reflexo da taxa de juros que a TLP colocou para o banco praticar.

Não diria isso. Dentro do governo é uma clareza. O BNDES tem de reforçar sua capacidade de financiamento. Eles estão pensando em emitir títulos para fazer essa captação ao mesmo tempo que tem de tornar o custo desses financiamentos viável. Então são dois caminhos que eles têm clareza que têm de seguido. O importante é que a gente ouve isso do Ministério da Fazenda, do BNDES e dos ministérios setoriais. Acho que podemos ter novidade logo. Agora que já definiram alguns pontos importantes, como a questão do controle do gasto público e a importância da **reforma tributária**. As apresentações dos projetos mostraram que é possível estabelecer condições de flexibilidade, que permita ao País ter condições de investimento não através de um teto geral, que é uma

política muito difícil de acreditar numa economia, alguém que possa fixar um teto de gasto independente da composição dele. Nós sancionamos uma estrutura péssima de gastos e ainda deixamos na carteira cerca de R\$ 400 milhões de renúncia fiscal. Somos a favor que isso ele termine para vários segmentos. Tem de abrir espaço para investimento novo, para segmentos de atividade que são novos justamente. E isso junto com essa transição energética.

Empréstimo ponte para nós era uma coisa equivocada, porque tinha garantia corporativa. Projeto de infraestrutura não tem de ter garantia corporativa. Na realidade, o que a gente tem trabalhado junto com a seguradoras e com o próprio BNDES é para sindicalizar os projetos em que o BNDES entra com a parcela dentro do seu ritmo, mas que se faça a projet finance em que a garantia seja a própria receita derivada do projeto e não garantia corporativa. Essa história de empréstimo ponte é uma questão absolutamente irrelevante. O que é importante é você aprovar o financiamento de longo prazo para o projeto e não deixar o investidor na agonia que aprovar um ponte com garantia corporativa e depois ele não conseguir fazer o longo prazo como ocorreu no ciclo anterior. Eu acho que essa parte tá ultrapassada. Nesse aspecto também houve um avanço grande no tratamento do seguro garantia, na mudança da lei de licitações.

O BNDES já fez dois. E estamos discutindo com eles o avanço disso para que venha a ganhar corpo dentro do banco, com segurança, mitigando toda a estrutura de riscos, aumento da qualidade de avaliação técnica do projeto e isso a gente vem avançando nos últimos anos.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/a-adocao-do-teto-de-gastos-foi-o-ajuste-mais-perverso-da-economia-diz-presidente-da-abdib,964e291551d2c436b36c0e06e4511624xlqx5cfz.html>

O Brasil tem um sistema tributário ruim há anos , afirma Rita De La Faria

Brasília

Apelidada por tributaristas brasileiros de padroeira do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a portuguesa Rita De La Faria diz que o novo imposto em discussão no Brasil é amigo das exportações e dos investimentos. Ou seja, é um imposto que impediria que no preço do produto exportado esteja embutido o custo do imposto. Na sua avaliação, a economia do Brasil está travada em larga medida por causa da tributação das exportações.

Rita é professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds (Inglaterra), já participou de reformas tributárias em todo o mundo e ajudou na redação de várias legislações tributárias, incluindo as de Portugal, Turquia, Uzbequistão, Timor Leste, Angola e São Thomé e Príncipe. A seguir, os principais trechos da entrevista ao Estadão :

Por que é tão difícil fazer a reforma tributária no Brasil?

É difícil fazer reformas em todos os países. Mas o caso do Brasil é mais complexo por três dimensões. A primeira: é um país grande, onde há muitos grupos com interesses divergentes. Depois, é o fato de vocês terem uma estrutura federativa que complica o processo de negociação e dificulta se chegar a um acordo. E, finalmente, é o fato de o Brasil ter um sistema ruim há muitos anos. É aquilo que em inglês chamamos de path dependence , um sistema arraigado, cimentado, com interesses muito estabelecidos. Remover os benefícios tributários que já existem é difícil. É um sistema que criou maus hábitos com grupos que estão habituados a esse tipo de tributação e, portanto, vão resistir a qualquer mudança.

A reforma tributária em tramitação prevê a criação do IVA, adotado em vários países. Os opositoristas da reforma dizem que o IVA é um modelo velho e que será abandonado em breve. Por que o Brasil precisa mudar para o IVA?

Hoje, 170 países no mundo têm o IVA. Não é por acaso. É porque ele tem qualidades técnicas que significam que é um imposto superior aos outros impostos. Mais eficiente, fácil de coletar e que não cria distorções no mercado. É um imposto amigo das

exportações. Ou seja, é um imposto que permite a exportação não onerada. Os bens saem do país sem nenhum imposto carregado. Só há um único país no mundo que desistiu do IVA dentre os 170: a Malásia.

Por quê?

O IVA é um imposto não cumulativo, e a Malásia começou a se recusar a dar o crédito. Isso matou o imposto.

No Brasil, há um debate muito grande de que o IVA vai gerar alta dos preços e inflação porque, para alguns setores, a alíquota subirá muito. Esse é um risco ou o período de transição mais longa pode ajudar?

É preciso dizer que essa presunção de que os preços vão aumentar significaria dizer que o sistema de agora tributa menos, o que, neste momento, é impossível dizer. O sistema brasileiro é tão complexo que não há ninguém que possa dizer com certeza quanto tem de imposto em cada produto. O IVA vai trazer uma transparência ao preço. Vai dizer: o preço é x sem imposto e x mais com imposto.

Há empresas do setor de serviços que reclamam que vão pagar uma alíquota de 25%...

O problema é que eles não sabem quanto é que está embutido no preço de imposto, não sabem quanto de imposto estava para trás. Nenhum prestador de serviço sabe quanto pagou de imposto quando comprou cadeiras, computadores... Há muita distorção de mercado, da cadeia produtiva no Brasil.

Por que um dos princípios básicos do IVA é a fixação de alíquota única?

A adoção de alíquotas múltiplas foi uma medida adotada na Europa nos anos 60, quando sabíamos ainda muito pouco do imposto. Achava-se que era a melhor forma de proteger alguns setores, proteger alguns produtos consumidos pelos mais pobres. Hoje, sabemos que não é verdade.

No Brasil, é praticamente certo nas negociações no Congresso que haverá alíquotas diferenciadas. Os setores de educação, saúde, agro, transporte e tantos outros defendem tratamento diferenciado.

Eu espero que não haja. O problema é que muitas vezes os benefícios são dados não por razões técnicas, mas porque há setores com poder muito grande para obter certos benefícios tributários. Verifica-se muitas vezes na discussão das alíquotas múltiplas, também aqui na Europa. Não tem nada a ver com justiça social. Eu espero sinceramente que haja força no Brasil para resistir a essa pressão, porque no fundo é dar benefícios aos poucos, que gritam mais, em detrimento de muitos.

A **reforma tributária** terá um efeito importante no desenvolvimento?

O que eu posso dizer é que um sistema tributário tão complexo como o do Brasil tem um impacto muito grande na economia. A economia brasileira está completamente distorcida pelo sistema tributário, principalmente nas exportações. Eu não conheço mais nenhum outro país no mundo que tributa as exportações.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/11/o-brasil-tem-um-sistema-tributario-ruim-ha-anos-afirma-rita-de-la-faria.htm>

Em tom de palanque, Lula recicla críticas a BC e defende arcabouço fiscal

Por Renan Truffi, João Valadares e Marcelo Ribeiro - De Brasília

Em discurso de pouco mais de uma hora, durante reunião ministerial de balanço dos cem dias de gestão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou tom de palanque, repetiu ataques à taxa de juros mantida pelo Banco Central e defendeu a aprovação rápida do projeto de arcabouço fiscal, que ainda não foi encaminhada ao Congresso Nacional.

Mesclando um pronunciamento lido com alguns momentos de improviso, Lula fez acenos ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana em que o governo deve encaminhar o novo arcabouço fiscal elaborado para substituir o teto de gastos.

O presidente mostrou otimismo com a aprovação da proposta e elogiou o auxiliar, numa tentativa de blindá-lo de críticas. Lula defendeu o que classifica como cobrança justa de **impostos**. A defesa de propostas para aumentar a arrecadação está alinhada com o que Haddad tem proposto nos últimos meses. O ministro disse em entrevista recente que é preciso tributar "400 ou 500" empresas que têm superlucros e se beneficiariam de subvenções tributárias.

A proposta de arcabouço fiscal, cujas linhas gerais foram apresentadas no fim de março, tem sido bem recebida pelo mercado, mas parte dos analistas econômicos critica a dependência do aumento de receitas para que o novo regramento promova um ajuste mais rápido nas contas públicas.

Lula declarou que os "muito ricos" do Brasil continuam sonhando **impostos** e, por isso, seria preciso fazer a **reforma tributária**. Segundo ele, a **reforma tributária** vai beneficiar também a classe média, setor que depende menos de ações diretas do governo federal, na avaliação do presidente.

Ainda na seara econômica, Lula voltou a criticar a política monetária do BC. Sem citar o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, o petista voltou a demonstrar incômodo com a decisão do banco de não reduzir a taxa básica de juros, a Selic. As recorrentes falas do presidente sobre a taxa de juros têm impactado negativamente o mercado, preocupado com a recente autonomia da autoridade monetária.

"Continuo achando que é muito alta a taxa de juros. Continuo achando que estão brincando com o país. Brincando sobretudo com o povo pobre e com os empresários que querem investir", criticou o presidente.

Durante o encontro aberto à imprensa, no Palácio do Planalto, o mandatário também cobrou ministros diretamente sobre ações específicas de cada área e disse que pretende ampliar o investimento em obras de infraestrutura para que o país volte a crescer e gerar empregos.

No campo de realizações e propostas, Lula listou pontos como o empenho de R\$ 3,3 bilhões em rodovias. O presidente informou ainda que pretende recriar um plano de investimento do governo, que chegou a ser batizado informalmente de "novo PAC".

O plano terá seis eixos estruturais: transportes, infraestrutura social, inclusão digital e conectividade, infraestrutura urbana, água para todos e transição energética. Sem apresentar maiores detalhamentos, prometeu anunciar até o início de maio a lista definitiva de empreendimentos e mecanismos para gerar empregos.

De maneira genérica, o presidente destacou que o programa é necessário para trazer de volta o papel do setor público como indutor de investimentos estratégicos em infraestrutura.

Lula também voltou a defender maior participação de bancos públicos na indução de investimentos, mas negou que queira que as instituições percam dinheiro. "Mas [os bancos] não podem emprestar dinheiro com as mesmas custas dos bancos particulares", disse. "Dinheiro bom não é dinheiro guardado em cofre. Dinheiro bom é dinheiro gerando obra, desenvolvimento, emprego", disse Lula.

O presidente voltou a reclamar do que considera "previsões pessimistas" sobre o futuro do país. Na reunião ministerial anterior, Lula tinha cobrado otimismo dos ministros. Segundo o mais recente boletim Focus, a mediana das expectativas de analistas do mercado é de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresça 0,91% em 2023. "Ninguém acredita no governo que acorda todo dia [dizendo]: 'Ah, o **PIB** não vai crescer, ah porque a economia não está muito boa,

ah porque o FMI [Fundo Monetário Internacional] disse tal coisa, ah porque o Banco Mundial disse tal coisa, ah porque o mercado financeiro disse tal coisa'. Depois emendou: "Olha, se a gente for governar pensando nisso, é melhor desistir."

No discurso, Lula disse que não se pode aceitar casos de racismo no Brasil e mencionou episódio em que a professora Isabel Oliveira foi alvo de preconceito no supermercado Atacadão Curitiba Parolin, que pertence ao Grupo Carrefour.

Na sexta-feira, ela tirou a roupa dentro do estabelecimento em protesto. A mulher relatou que foi perseguida por um segurança enquanto fazia compras.

Em nota, o Carrefour comunicou que abriu apuração interna sobre o caso e suspendeu o funcionário indicado pela cliente durante período de investigação.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Em tom de palanque, Lula recicla críticas a BC e defende arcabouço fiscal

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/04/11/em-tom-de-palanque-lula-recicla-criticas-a-bc-e-defende-arcabouco-fiscal.ghtml>

Forte entrada de dólares dá sustentação para o real

Por Victor Rezende e Arthur Cagliari - De São Paulo

O movimento de apreciação do real, no momento em que o dólar ronda o nível de R\$ 5, vem na esteira de uma entrada expressiva de dólares no primeiro trimestre deste ano. Entre janeiro e março, o fluxo cambial registrou saldo positivo de US\$ 12,524 bilhões, o maior para o período desde 2012, ao ser sustentado, em especial, pelo segmento comercial.

Dados do Banco Central apontam que, nesse período, houve entrada de US\$ 12,512 bilhões pela conta comercial. Enquanto isso, o fluxo financeiro ficou praticamente inalterado nos primeiros três meses do ano, ao anotar entrada de US\$ 12,1 milhões.

O movimento foi impulsionado pelo resultado da balança comercial brasileira, que registrou superávit recorde de US\$ 16,1 bilhões do início do ano até o fim de março. Os números mostram que o exportador trouxe ao país boa parte dos dólares que faturou lá fora.

Além da questão comercial, também contribuiu para o fluxo, mais recentemente, o aumento de apostas favoráveis ao real no mercado futuro. Na semana passada, o dólar chegou a cair a R\$ 5,04.

O viés positivo para o câmbio tende a continuar no curto prazo, na visão de participantes do mercado, mas a dissipação das incertezas fiscais ainda é um fator necessário para uma apreciação sustentável da moeda.

Ao analisar as tendências de curto prazo, pela média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada, o economista Jankiel Santos, do Santander, avalia que o cenário indica um viés de alta para o fluxo comercial e para uma estagnação na conta financeira.

"A nosso ver, pode significar que a perspectiva de juros ainda altos no Brasil está atraindo exportadores para o mercado doméstico de renda fixa, o que teria reduzido a diferença entre a balança comercial embarcada e suas liquidações financeiras em relação às anteriores. No entanto, observamos uma ampliação do 'gap' [diferença] de US\$ 32,9 bilhões em fevereiro para US\$ 35,7 bilhões em março", afirma. Nesse sentido, o economista do Santander diz acreditar que, embora os exportadores estejam repatriando mais

dinheiro do que faziam recentemente, ainda mantêm "um pé em solo estrangeiro".

Nos cálculos da economista Iana Ferrão, do BTG Pactual, caso a diferença entre o fluxo comercial e o saldo comercial embarcado permaneça até o fim do ano, o banco projeta "entrada de cerca de US\$ 30 bilhões de abril a dezembro". Para ela, o fluxo comercial tende a continuar robusto ao longo do ano por causa do superávit comercial embarcado elevado.

Em revisão de cenário, o BTG Pactual manteve a projeção para a taxa de câmbio no fim do ano em R\$ 5,30 por dólar, mas indicou possibilidade de uma valorização do real. "Com um fluxo comercial para o Brasil favorável, a implementação de um arcabouço fiscal aprimorado e medidas críveis de aumento de receita, que apontam para a responsabilidade fiscal, em conjunto com o avanço de reformas estruturais importantes, como a **reforma tributária** do consumo (IVA), tenderiam a levar a um câmbio mais apreciado este ano", diz Ferrão.

A economista Julia Passabom, do Itaú Unibanco, também vê um caminho positivo para o fluxo cambial à frente. "Nos próximos meses, esperamos que o desempenho siga positivo e acima dos anos recentes, impulsionado, principalmente, pelo fluxo relacionado à safra de soja", afirma.

Passabom observa, ainda, que 2023 caminha na direção de ser um ano de safra recorde, após a quebra do ano passado, e segue com menos contratos de câmbio já fechados. Esse fator, na visão da economista do Itaú, "indica maior entrada de dólares pelo [segmento] comercial adiante". Em relatório enviado a clientes, ela nota que a comercialização média da safra 2022/2023 está próxima de 46% no momento, ante quase 100% já fechados para a safra 2021/22 no mesmo período do ano passado.

O desempenho recente do real tem surpreendido, na medida em que a moeda tem mostrado valorização mais forte que os pares em relação ao dólar. Além do forte desempenho do câmbio contratado, houve, mais recentemente, movimentos relevantes em posições em instrumentos cambiais (dólar futuro, dólar mini e cupom cambial) na B3, que ajudaram a dar apoio extra à divisa brasileira nos últimos dias. Somente neste mês de abril, até o dia 6, investidores estrangeiros se

desfizeram de US\$ 2,87 bilhões em posições compradas em dólar, enquanto fundos locais ampliaram posições vendidas em dólar em US\$ 1,43 bilhão.

Tanto os investidores locais e estrangeiros diminuíram bastante as apostas contra o real, "se é que já não estão apostando a favor ou aumentando a aposta", aponta Daniel Tatsumi, gestor de moedas da Ace Capital, para quem os dados da B3 precisam ser vistos com alguma cautela. Ele mantém em seu portfólio posições vendidas em dólar contra o real, ou seja, espera uma apreciação da moeda brasileira.

Embora o movimento de redução na posição comprada em dólar futuro tenha coincidido, em especial, com a apresentação da proposta do governo de arcabouço fiscal, Tatsumi acredita que esse não foi o único fator a gerar a mudança de orientação mais favorável ao real. "Temos um dólar mais fraco globalmente, que pode ser percebido também na valorização de outros pares, como o peso mexicano e peso colombiano. Além disso, os termos de troca estão melhores, e isso já pudemos ver no fluxo comercial", destaca. O gestor aponta, ainda, que a manutenção do tom mais duro do BC alimenta um viés mais favorável à moeda local.

Os estrategistas do Goldman Sachs observam que o real deixou de ser o "retardatário" e passou a ser o "líder" no desempenho das moedas em relação ao dólar na semana passada, e dão destaque especial à apresentação do novo marco fiscal pelo governo. "Mesmo que possa continuar a haver algum ruído enquanto a regra é discutida, o fato de que provavelmente haverá alguma restrição contra o desequilíbrio fiscal consistente relaxou o que era uma restrição importante para os ativos locais no Brasil, em nossa opinião."

Para eles, o real permanece bem posicionado em relação a alguns desenvolvimentos globais, podendo se beneficiar da reabertura da economia da China e do aumento recente dos preços do petróleo. "Além disso, em nossos exercícios, o real ainda incorpora algum prêmio de risco relevante e, portanto, tem espaço para apreciação.",

O Goldman Sachs, assim, manteve inalterada a projeção para o dólar em R\$ 4,90 em um horizonte de três meses, enquanto espera, ainda, que a moeda americana fique em R\$ 4,85 em seis meses e em R\$ 4,80 em 12 meses.

Apesar do tom mais otimista, Santos, do Santander, afirma que a tendência de estagnação no fluxo financeiro pode indicar "uma postura mais cautelosa por parte dos estrangeiros em função das incertezas

que persistem sobre as diretrizes da política econômica do país". Em relatório enviado a clientes, ele diz que as incertezas quanto à coordenação das políticas fiscal e monetária continuaram a pesar sobre os fluxos cambiais, "o que nos leva a continuar esperando uma desvalorização do real ao longo do ano". O Santander espera que o dólar encerre o ano em R\$ 5,40.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Forte entrada de dólares dá sustentação para o real

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/04/11/forte-entrada-de-dolares-da-sustentacao-para-o-real.ghtml>

100 dias de governo: Lula cobra ministros e reforça apoio a Haddad

Ingrid Soares

Diante de toda a equipe ministerial - em reunião aberta à imprensa e transmitida ao vivo pelos canais oficiais do governo -, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva celebrou os primeiros 100 dias de mandato, completados ontem, com um longo discurso de uma hora e sete minutos de duração e um slogan: O Brasil voltou .

Com a voz mais rouca e pausada do que o habitual, Lula fez um pronunciamento marcado pela moderação, mas carregado de mensagens para dentro de seu próprio governo e de seus aliados políticos, para sua base de eleitores e, também, aos agentes financeiros, investidores e empresários do setor produtivo.

Ao defender o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (o mais citado entre todos), e seu projeto de marco fiscal, o presidente corroborou, publicamente, o compromisso com o texto que será encaminhado ao Congresso nas próximas semanas.

Haddad, eu sei que, de vez em quando, você ouviu algumas críticas. Tenho que elogiar você e a equipe que trabalharam (na elaboração do arcabouço fiscal), porque, certamente, em se tratando de economia, de política tributária, a gente nunca vai ter 100% de solidariedade , destacou. Essa semana, vi um artigo muito ruim contra você - eu pensei em responder -, e meu conciliador, o (ministro da Secretaria de Relações Institucionais) Padilha, achou que não valia a pena, era melhor ficar quieto, porque a compreensão da sociedade sobre o que foi feito vale mais do que uma crítica de uma pessoa. O presidente concluiu: Tenho certeza de que (o projeto) vai ser aprovado (no Congresso). E tenho certeza de que vamos colher os frutos que foram plantados com a nossa proposta .

As críticas que Haddad recebeu de alas do próprio PT, muitas vezes verbalizadas pela presidente da legenda, Gleisi Hoffmann, também foram objeto de reflexão por parte do presidente. Ao lembrar um encontro que teve, sem citar data, com o economista Celso Furtado (1920-2004), disse que recebeu um conselho do qual não se esqueceu. Furtado afirmara a ele que as alas mais à esquerda do PT, por mais barulhentas que fossem, o ajudariam a manter-se distante da direita, no caminho do centro.

O chefe do Executivo dedicou boa parte do discurso para listar as entregas do governo nestes 100 primeiros dias, a maioria voltada para as áreas sociais, caso da ampliação de programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Pnae, de alimentação escolar (leia mais na página 3). Mas, também, passou muitos recados aos agentes econômicos - ainda descrentes da capacidade de o governo apresentar políticas para a retomada do crescimento com equilíbrio fiscal - e à classe média, em parte capturada pelo discurso antipetista do ex-presidente Jair Bolsonaro e da posição ultraliberal de seu então ministro da Economia, Paulo Guedes. Para Lula, os ricos não precisam da ajuda do governo.

Há pessoas que não precisam tanto do governo, setores médios da sociedade. É só a gente fazer a nossa **reforma tributária** justa para a classe média, porque eles precisam pouco da gente. E emendou: Os mais ricos não precisam. Os muito ricos, às vezes, precisam, porque sonégam ou não pagam o imposto necessário, ou querem muito dinheiro emprestado .

Sobre as críticas que o Executivo vem recebendo por não ter definido com clareza o rumo que vai adotar na política econômica, o presidente defendeu o tom otimista que costuma adotar ao tratar dessas questões: Ninguém acredita no governo que acorda todo dia falando ah... O **PIB** não vai crescer. Ah... Porque a economia não está muito boa. Ah... Porque o FMI disse tal coisa. Ah... Porque o Banco Mundial disse tal coisa. Ah... Porque o mercado financeiro disse tal coisa . Se a gente for governar pensando nisso, é melhor desistir. É importante que essa gente fale, para a gente fazer diferente do que eles querem que a gente faça , ressaltou, brincando com as palavras. Agradeçam às pessoas que dizem: Ah... O país não vai bem , porque eles fazem crítica daquilo que não devemos fazer.

Democracia e golpismo

Todo o discurso foi pontuado com críticas e referências negativas ao seu antecessor, Jair Bolsonaro, culminando com a lembrança dos atos golpistas de 8 de janeiro, quando reforçou as mensagens de defesa da democracia e das instituições. Sabemos o que o país passou de 2018 a 2022. As ofensas que o país passou, que as mulheres

sofreram, os negros e negras, os democratas, a Suprema Corte, governadores. Nunca antes um presidente os tratou com tanto desrespeito, disparou. Mas a democracia voltou. Uma frase muito pequena traduz a enormidade do desafio que cumprimos nesses primeiros 100 dias de governo: o Brasil voltou, acrescentou, citando o slogan escolhido para marcar a celebração de ontem.

O contraponto a Bolsonaro motivou até um comentário elogioso ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), a quem, hoje, chama de companheiro. Eu recebi (em 2003) o governo de um presidente democrata, um companheiro que tinha uma história de luta neste país pela democracia, pelos direitos humanos. Um companheiro que tinha, sobretudo, uma marca de civilidade que o ex que estou substituindo agora não tem.

Recomendações por investimentos e sustentabilidade

No discurso comemorativo dos 100 dias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma série de recomendações aos ministros da área de infraestrutura, responsáveis pela atração de investimentos. Disse que recebeu dos governadores uma lista de obras prioritárias e prometeu retomar as que estão paradas ou em ritmo lento de execução.

O programa de investimentos em infraestrutura estará baseado em seis eixos, segundo o presidente: transportes, infraestrutura social, inclusão digital e conectividade, infraestrutura urbana, saneamento e transição energética.

Vamos lançar editais para a contratação de energia solar e eólica que, somados, representarão capacidade de geração equivalente à de nossas maiores usinas hidrelétricas, anunciou Lula. Ele também prometeu promover novos leilões para construção de linhas de transmissão, que irão tornar ainda mais rápida e atrativa a implantação desses parques de energia limpa. Revelou, ainda, a intenção de tornar o país uma potência global do hidrogênio verde.

No discurso, o chefe do Executivo fez vários acenos aos investidores privados, aliviando, inclusive, o tom em relação às privatizações. Disse que vai equacionar o problema das concessões de terminais aeroportuários e de ferrovias, indicando que não abandonará o modelo de transferência das operações do setor à iniciativa privada. Ferrovias, rodovias, hidrovias e portos voltarão a ser pensados de modo estruturante. Reduzirão o custo do escoamento de nossa produção agrícola. E incentivarão o florescimento de uma nova base industrial, mais tecnológica e mais limpa, frisou. Vamos acelerar a

construção das ferrovias, essenciais para a integração do país e o escoamento da nossa produção agrícola.

O papel das estatais, porém, foi destacado, em sintonia com o discurso que embalou sua campanha eleitoral. Retomamos a capacidade de investimento de longo prazo, traduzido em um grande programa que traz de volta o papel do setor público nos investimentos estratégicos do setor público em infraestrutura.

A Petrobras será, no cenário apresentado por Lula, a indutora dos investimentos em pesquisa de combustíveis renováveis. A indústria naval terá forte incentivo da Transpetro, que retomará as encomendas de navios para a frota de transporte de petróleo e derivados.

O Minha Casa, Minha Vida voltará a ser um dos carros-chefe da indústria da construção civil, com a contratação de até dois milhões de moradias. Na infraestrutura urbana, prometeu investir fortemente na melhoria das condições de habitação e vida das pessoas que moram em favelas, palafitas e outros locais precários e tirar do papel obras de prevenção a desastres causados por cheias e deslizamentos.

Outro indutor de investimentos será, na concepção do presidente, o novo Marco do Saneamento, aprovado pelo Congresso. Apesar de ter privilegiado as empresas públicas no decreto de regulamentação que assinou na semana passada, Lula disse que conta com os investimentos privados para praticamente universalizar o fornecimento de água tratada e a coleta e tratamento de esgoto nos próximos 10 anos.

Agro e meio ambiente

Ele dedicou atenção especial ao agronegócio - elogiou o otimismo do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro - e às políticas de sustentabilidade ambiental - com referência ao trabalho da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, de remontar a estrutura da pasta. Lula prometeu anunciar em maio os recursos do novo Plano Safra, de financiamento da produção agropecuária, com foco no aumento da produtividade rural, e mecanismos que garantam a sustentabilidade socioambiental.

A agenda ambiental é uma das mais importantes frentes do governo para recuperar o protagonismo internacional, após quatro anos de isolacionismo diplomático do governo de Jair Bolsonaro. Por isso, o presidente vinculou o apoio ao agronegócio a práticas sustentáveis, à proteção dos biomas brasileiros e ao desenvolvimento de tecnologias para o setor.

O enfrentamento da emergência climática e a

transição para a economia de baixo carbono foram reafirmados pelo chefe do Executivo como prioridade, para que o Brasil volte a ser referência mundial na preservação do meio ambiente no desenvolvimento sustentável.

O desmatamento será combatido em todos os biomas brasileiros. Desenvolveremos a economia da sociobiodiversidade, integrando a pesquisa científica e o conhecimento tradicional. A mudança para uma economia de baixo carbono será tratada como estratégia de desenvolvimento do país, frisou. A transformação da estrutura produtiva nacional passará por uma reindustrialização verde e digital.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5086475-100-dias-de-governo-lula-cobra-ministros-e-reforca-apoio-a-haddad.html>

Reforma tributária precisa ser integral

Por Guilherme Cezar Coelho

Para que o arcabouço fiscal proposto pelo governo funcione, o Brasil precisa de uma **reforma tributária** ampla, geral e irrestrita - começando pelos mais de R\$ 400 bilhões em isenções fiscais concedidas anualmente. Desde já, **impostos** e isenções são a conversa mais consequente e estruturante de 2023.

Impostos refletem os valores de uma sociedade e indicam para onde estamos indo. É preciso manter o foco no que precisamos fazer: gerar crescimento econômico ao racionalizar e retirar a regressividade do sistema tributário.

Embora seja fundamental, a reforma dos **impostos** de consumo não pode absorver toda a energia do debate, impedindo a discussão a respeito dos **impostos** sobre trabalho, renda, patrimônio e, especialmente, as isenções. É nessas áreas que o bicho pega em termos de regressividade e desincentivo ao crescimento econômico.

Não é o caso de apontar o dedo para ninguém. A realidade tributária é complexa - ou melhor, uma bagunça. A discussão sobre tributar dividendos deve ser precedida por uma análise da taxa efetiva do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) no Brasil.

Originalmente, o sistema brasileiro não prevê tributação de dividendos desde 1996, ao estabelecer uma faixa máxima suficientemente alta do IRPJ e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL): 34%. (Nos países da OCDE, as empresas pagam em média 21% de Imposto de Renda.) Logo, é legítimo argumentar que não se deve tributar dividendos no Brasil - ou, melhor, que se deve reduzir o IRPJ e a CSLL ao fazê-lo.

No entanto, por meio de brechas e malabarismos jurídicos que compõem o "custo Brasil", a taxa efetiva de tributação de pessoas jurídicas no Brasil é de 22%. E é possível pagar ainda menos que isso. A Petrobras, maior empresa do país, pagou durante anos uma taxa efetiva de 17%. As conclusões são dos economistas Rodrigo Orair, Sérgio Gobetti e Bráulio Borges.

A lição: é fundamental fazer uma reforma geral do sistema, como defende o economista Manoel Pires. Não podemos isolar as variáveis, sob o risco de continuarmos criando "puxadinhos" fiscais, atrapalhando o crescimento da economia e criando

desigualdades tributárias - horizontais (entre quem tem o mesmo nível de renda) e verticais (quem recebe mais acaba pagando proporcionalmente menos.)

Segundo nota técnica do Centro de Estudos da Metrópole (USP), liderado por Marta Arretche, a maneira de aprovar uma reforma abrangente é explicitar quem pagará por ela. No nosso caso, é fácil: dada a ineficiência do sistema tributário, quem pagará o pato serão os cidadãos e empresas hoje indevidamente beneficiados. Quem nada deve não tem nada a **temer**. Vamos nessa.

Devemos discutir absolutamente tudo - e certamente o imposto sobre heranças, que hoje tem um teto de 8%. Nos EUA, ou na Alemanha, esse imposto excede 40%. Ser herdeiro não pode custar apenas 4%, como acontece em São Paulo. A fila anda, e só deve ser muito, muito rico quem trabalhou muito por isso. Isso não é ser de esquerda; é querer gerar mais crescimento.

Precisamos estimular a economia, simplificando os **tributos** e criando incentivos corretos por meio dos **impostos** - e certamente com muito menos isenções fiscais. Isso tudo só será possível com uma **reforma tributária** integral, bem comunicada e que - dados o custo e a inequidade de nosso sistema - será boa para todos. Quem for contra esse debate estará sendo contra um país melhor.

Na primeira edição de 2023 da série de debates "E agora, Brasil?" - realizada pelos jornais O GLOBO e Valor -, o ministro Fernando Haddad mencionou que a transição entre o atual regime tributário e o proposto pela reforma será de até 40 anos. É então um projeto para o futuro do Brasil.

Dizem que o melhor momento para plantar uma árvore é dez anos atrás. E que o segundo melhor momento é hoje.

Que venha uma floresta, rica e diversa.

*Guilherme Cezar Coelho é documentarista e fundador da Samambaia.org

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/04/reforma-tributaria-precisa-ser-integral.ghtml>

"Custo Brasil" e reforma tributária (Artigo)



Isaias Coelho é pesquisador sênior do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da FGV Direito SP

"Custo Brasil" denota custos tributários, regulatórios, procedimentais e outros que oneram o produzir, comercializar, ou exportar bens e serviços no Brasil. Na medida em que peculiares ao Brasil, esses custos tornam pouco competitivos os produtos brasileiros, e em consequência reduzem salários e lucros no país.

O projeto de **reforma tributária** em discussão procura reduzir a **cumulatividade**, ou incidência em cascata, que é a forma que o custo Brasil toma na tributação do consumo. Infelizmente a cumulatividade é tão danosa quanto desconhecida; é como um câncer não diagnosticado.

Os **tributos** baseados no sistema de débito (pelas saídas) e crédito (pelas entradas), tais como ICMS, IPI, PIS e Cofins, deviam permitir que a firma repassasse totalmente o ônus fiscal nas vendas a outras firmas. Quando, como ocorre entre nós, permite-se crédito apenas parcial do imposto pago, o resíduo é incorporado aos custos; é repassado, sim, mas de forma invisível. Na etapa seguinte, o acréscimo de custo obviamente não gera crédito e acaba ampliando a base do imposto.

Um exemplo ilustra a situação. Suponha um ICMS de 20% sobre o preço de venda antes do imposto. Firma B compra insumos por 100 da firma A e paga 20 de ICMS. Produz algo que vende à firma C por 150 e cobra 30 de ICMS. Firma C vende ao consumidor final por 200 mais 40 de ICMS. Num sistema saudável, o fisco receberia 20 da firma A, 10 (ou seja, 30 menos

20 de crédito) da firma B e 10 da firma C, num total de 40. Ou seja, não sofreram ônus tributário as firmas da cadeia, já que o imposto foi totalmente repassado ao consumidor. As firmas apenas ajudam o fisco a cobrar o imposto.

Agora suponhamos que, em vista das múltiplas restrições que o ICMS impõe ao creditamento, somente metade do ICMS pago nas compras possa ser creditado. Firma B, que pagou 20 de ICMS, recuperará 10 como crédito e o restante levará a custos. Isso aumentará a arrecadação via dois canais: (1) o não creditamento gerará mais ICMS líquido a pagar e (2) o resíduo de imposto, não creditável, aumentará os custos e, portanto, o preço de venda, que é a base do imposto. No exemplo acima, de uma cadeia curta, o ônus para o consumidor, incluindo ICMS explícito e ICMS embutido nos custos, aumentará de 40 para 74,90 - um aumento de 87% da carga fiscal!

O resíduo cumulativo do imposto vai fatalmente para o preço que o consumidor paga. Ou a empresa faz isso ou terá que em algum momento de fechar as portas. Há várias desvantagens da prática de negar creditamento. Uma: subtrai do consumidor informação sobre a carga tributária que está sofrendo. Outra: o que é e o que não é creditável é sempre controverso e gera enorme contencioso tributário. Ainda outra: nas exportações, a lei isenta o imposto destacado na nota fiscal, mas não logra eliminar o resíduo incluído nos custos. Então o bem ou serviço brasileiro torna-se menos competitivo, inviabilizando exportações e favorecendo o produto estrangeiro no mercado interno.

A não devolução, pelo fisco, de créditos acumulados pelos contribuintes é outra fonte perversa de **inflação** de custos. Seja pela morosidade no processamento das devoluções, seja pela intenção inconfessa de fazer caixa às custas do contribuinte, os fiscos são rápidos para cobrar e lentos para devolver. Isso traz prejuízos ao contribuinte, que muitas vezes precisa recorrer a créditos bancários de que não teria necessidade se o fisco não postergasse a devolução dos créditos. Neste caso, o custo Brasil aparece na contabilidade das empresas como despesa financeira - ainda que tenha por causa uma prática tributária perversa.

A não-devolução aos contribuintes, em tempo razoável, dos créditos tributários a que têm direito é fomentada por dois fatores. O primeiro é que, num raro caso de malandragem do Código Tributário (art. 167

p.ú.), na devolução ao contribuinte que pagou demais, quando incidam juros, estes não podem ser capitalizados; computam-se juros simples, contra toda a prática mercantil no Brasil e no mundo.

Segundo, no caso do ICMS é comum que os pagamentos que geraram créditos acumulados não tenham sido feitos dentro do Estado, mas no Estado de origem das mercadorias. Neste caso o Tesouro estadual se vê, por força da nossa bizarra estrutura tributária, na obrigação de devolver o que não recebeu. A situação é ainda mais grave quando os créditos interestaduais sequer foram recebidos na sua integralidade pelo fisco do Estado exportador interno, antes constituem mera fachada de incentivos fiscais escondidos, quando não fraude pura e simples.

Empresas exportadoras geram, consistentemente, créditos acumulados de ICMS, PIS, Cofins e IPI. A razão é simples: as exportações são isentas de **tributos** (não geram débitos) e as compras no mercado interno são tributadas (geram créditos). Para que as exportações sejam competitivas, sem custo Brasil a onerá-las, os créditos tributários líquidos, uma vez apurados e declarados, devem ser tipicamente devolvidos dentro de dias, não de meses. É assim em países avançados e assim deveria ser entre nós. É tão central esta questão que **reforma tributária** que não a resolva não nos leva à modernidade.

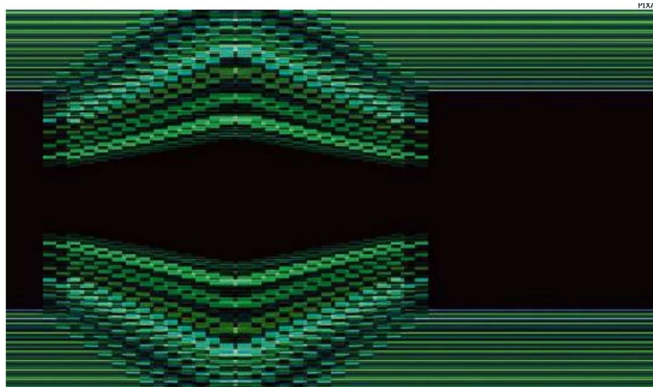
O problema da cumulatividade é seriíssimo no ICMS, mas também está presente no IPI, na PIS e na Cofins. O ISS não foge à regra. A produção de serviços não pode se beneficiar do crédito dos demais **impostos**, nem o consumidor de serviços pode creditar o ISS contra os demais **tributos**. Há estudo que demonstra o efeito negativo do ISS na exportação de manufaturas.

Há que simplificar, transparentar, generalizar a tributação do consumo de bens e serviços. As restrições ao creditamento precisam ser eliminadas. Com zero resíduo tributário, os custos necessariamente desinflarão ao longo da cadeia, com redução de preços em benefício de todos. São muito bem-vindas as propostas de unificar e reformar os vários **tributos** ao consumo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187516>

Para que as exportações sejam competitivas, os créditos tributários líquidos devem ser rapidamente devolvidos. É assim em países avançados e assim deveria ser entre nós. É tão central esta questão que reforma tributária que não a resolva não nos leva à modernidade

A matemática, os números e a reforma tributária (Artigo)



Eduardo Fleury é advogado e economista, consultor do Banco Mundial, sócio e head da área tributária de FCR Law, mestre doutorando (S.J.D.) em Tributação pela Florida University (EUA), especialista em International Tax Planning pela Leiden University (Holanda), especialista em Direito Empresarial nos EUA pela Harvard Extension School

As discussões sobre os números usados contra e a favor da **reforma tributária** me fizeram lembrar de uma afirmação de Leonard Mlodinow, em seu livro "O andar do Bêbado - Como o Acaso Determina Nossas Vidas" (2008). Um dos capítulos tem como subtítulo a seguinte frase: "Como uma boa história é frequentemente menos provável de ser verdadeira". A obra em questão aborda, de forma diferente e por vezes divertida, como as inferências que fazemos a partir de números ou fatos são governadas por nossas experiências passadas.

Os números deveriam ser isentos, mas não são. Mais ainda: eles são perigosos, pois a matemática, da qual derivam, é classificada como ciência exata. Então, contra números não há argumentos?

Lógico que sim! Basta apresentar outros números! E é isto que pretendo fazer neste artigo, tentando demonstrar outros ângulos dos números e cálculos utilizados no âmbito das discussões da **reforma tributária**.

Na **reforma tributária**, uma "boa história" pode vir da afirmação de que determinado setor da economia paga, por exemplo, apenas 5% de **impostos** e que a instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) à alíquota de 25% causaria um aumento de preços em 20%. A primeira falha da conclusão acima é causada pela complexidade do nosso sistema tributário. Em

razão da cumulatividade do atual sistema, a carga tributária não está apenas na nota fiscal da venda do bem ou do serviço, mas espalhada pelos custos e despesas das empresas.

No exemplo acima, os 5% podem ser somente a superfície da carga tributária incidente sobre o setor. Em muitas atividades econômicas um verdadeiro "iceberg" tributário está escondido nos custos e despesas corporativas. Conforme cálculos que serviram de base para estudo publicado pelo Banco Mundial (Lara; Fleury; Rubião, 2021), apenas cerca de 36% dos **tributos** indiretos recolhidos no Brasil estão presentes na nota fiscal de venda ao consumidor final. Institutos como substituição tributária e tributação monofásica também ajudam a "esconder" a carga tributária do consumidor final.

Mas a ilusão dos números não para por aí. Dando sequência ao nosso exemplo hipotético, além dos 5% de **impostos** cobrados na nota fiscal, vamos supor que existe ainda uma carga de 10% espalhada nos custos e despesas (exemplo que pode ser aplicado a vários setores da economia nacional). Somando os dois números, concluímos que a carga é de 15% sobre o preço líquido do produto. Um raciocínio intuitivo nos levaria à conclusão de que o IBS, à alíquota de 25%, resultaria num aumento do preço em 10% (25%-15%) - sendo o preço final elevado de R\$ 105 para R\$ 115. Certo? Errado.

A matemática pregou mais uma peça neste caso. Se boa parte dos **tributos** estão nos custos e despesas, como mencionado no exemplo, a conta é diferente. Vejamos. Partimos do preço final de R\$ 105 e deduzimos R\$ 5 incidentes na nota fiscal, resultando em um preço líquido de R\$ 100. Na sequência, deduzimos do preço líquido 10 unidades monetárias, que correspondem aos **impostos** "escondidos" nos custos e, assim, alcançamos o valor de R\$ 90. Este seria o preço do produto se não houvesse **impostos**. Assim, aplicando 25% do IBS sobre R\$ 90 (por fora), teríamos R\$ 112,50 como o novo preço e, portanto, o aumento do preço seria de um pouco mais de 7%, não de 10%.

Além de levar a conclusões equivocadas, os números podem ser usados para superdimensionar uma medida que está correta. Assim, se modificarmos um pouco o exemplo acima e considerarmos um imposto

na nota fiscal de 5% e tributação de 7,5% sobre custos, a incidência final seria de 12,5%. Este número permitiria dizer que, a uma alíquota de 25% de IBS, a carga tributária iria dobrar ou, ainda, crescer em 100%. Contudo, embora a carga tenha aumentado de 12,5% para 25% (dobrado), a variação no preço seria de apenas 10,1%.

Para família de baixa renda, a aquisição de veículos tem peso maior no gasto total (2,4%) do que arroz e feijão (1,2%). Muitas vezes, a realidade de um tempo passado nos leva a tirar conclusões equivocadas. No trabalho do Banco Mundial referido acima, foi calculado que a incidência do IBS a 25% sobre arroz e feijão resultaria na elevação do preço de tais produtos em 19%. A despeito de outros alimentos não sofrerem aumento tão relevante com a reforma (alguns inclusive terão redução), a primeira conclusão que surge em nossa mente é a de que a **reforma tributária** estaria prejudicando as classes mais baixas, uma vez que se trata de itens importantes no orçamento da população mais pobre.

Esta impressão não condiz com a realidade. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE de 2017/2018 demonstra que, para a faixa de renda mais baixa (renda familiar até R\$ 1.908 por mês), o arroz e feijão representam apenas 5,7% da despesa com alimentação. Mais ainda: a despesa com alimentação corresponde a 22% do orçamento das famílias nesta faixa de renda. Sendo assim, o gasto com arroz e feijão representa apenas 1,2% do total da renda.

Vejamos também que, itens como telefonia celular, pacote de TV e internet representam, somados, 1,8% do gasto total atual - com a cobrança do IBS, tais itens poderão ter seus preços reduzidos de 15% a 20%. Os eletrodomésticos representam 2,3% dos gastos e sofrerão redução estimada de preço entre 17% e 27%. Outro item importante para os consumidores de baixa renda é o vestuário (representando 4,2% do orçamento), o qual poderá sofrer redução de preço próxima a 14% com a cobrança do IBS. Itens de higiene e cuidados pessoais (5% no orçamento destas famílias) também apresentarão redução de preço (-8%). Por incrível que pareça, segundo a POF, para a classe mais baixa de renda, a aquisição de veículos tem uma importância maior (2,4%) do que o arroz e feijão (1,26%).

Portanto, a redução no preço do carro pela **reforma tributária** provavelmente compensará o aumento do custo do arroz e do feijão. A tabela apresenta os números em detalhes.

Como consequência, o estudo mencionado acima demonstrou que, com o IBS de alíquota única, a carga tributária seria redistribuída entre as diversas classes

de renda, sendo que a classe mais baixa será responsável por uma parcela menor do total arrecadado. Às vezes, os números mais ampliados ajudam a aprimorar as conclusões tiradas a partir de amostras pequenas.

Outro tipo de conclusão numérica bastante curiosa sobre a **reforma tributária** se refere à alíquota a ser utilizada pelo IBS. A estrutura da proposta do IBS não prevê aumento de arrecadação: a ideia é ter uma alíquota que, cobrada sobre as vendas ao consumidor final, gere o mesmo valor arrecadado pelos **tributos** substituídos (PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI). Certas estimativas baseadas nas contas nacionais falam numa alíquota de 25%. Alguns participantes do debate entendem que o cálculo está correto, ou até subestimado, mas afirmam que não sabem se a economia "aguenta" uma alíquota como esta.

Ora, se a alíquota é calculada para repor o que já é arrecadado, o país já suporta esta carga atualmente. O único ponto é que, como Marcos Lisboa disse recentemente, a reforma fará com que o brasileiro descubra o quanto paga de imposto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187516>

Consumo de baixa renda e impostos

Efeitos do IBS - em %

Item	Percentual no total das despesas*	Variação no preço (estimativa)
■ Produtos de higiene	5	8 ↙
■ Vestuário	4,2	14 ↙
■ Eletrodomésticos	2,3	17 a 27 ↙
■ Telefonia e TV por assinatura	1,8	15 a 20 ↙
■ Móveis e artigos do lar	2,1	9 ↙
■ Aquisição de veículos	2,4	38,28** ↙
■ Arroz e feijão	1,26	19,84 ↗

Fonte: Elaborado pelo autor.* POF 2017/2018 (faixa de renda - até R\$ 1.908). ** A redução no preço dos veículos deverá ser inferior, pois a estimativa não considerou os incentivos fiscais do ICMS dos estados.

IPVA para jatinho e iate deve entrar na reforma

Eduardo Cucolo

A nova proposta de **reforma tributária** que será elaborada pela Câmara dos Deputados deve prever também mudanças na tributação de propriedades, o que inclui a previsão de cobrança de IPVA sobre alguns veículos aquáticos e aéreos.

Também devem entrar no texto que será apresentado em maio regras sobre a progressividade do ITCMD (imposto estadual sobre herança e doação) e a obrigação para que os municípios atualizem a base de cálculo do IPTU ao menos uma vez a cada quatro anos.

Deputados do grupo de trabalho que trata da reforma entendem que as mudanças são uma forma de trazer mais apoio ao texto, por parte de governadores e prefeitos, além de tornar a proposta mais justa do ponto de vista da taxaçaõ dos mais ricos.

Em relação ao IPVA, a Constituição prevê que o tributo estadual seja cobrado dos proprietários de veículos automotores, sem especificar quais.

Ao analisar o texto constitucional em diversas oportunidades, o STF (Supremo Tribunal Federal) entendeu que o imposto só alcança veículos terrestres. Por isso, barrou a tentativa de cobrança por alguns estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas, nas últimas décadas.

Para o tribunal, o IPVA sucedeu a antiga TRU (Taxa Rodoviária Única), que historicamente excluía do pagamento as embarcações e as aeronaves. O objetivo da criação do imposto no lugar da taxa foi permitir a divisão do recurso entre estados e municípios, e não ampliar a base de incidência do tributo, segundo o Supremo. O STF entende ainda que tributar veículos aéreos ou aquáticos não está na competência dos estados, pois o licenciamento destes veículos é feito pela União.

Para superar essas restrições, será necessário alterar o texto constitucional nesse ponto, o que será feito por meio da aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Essa nova proposta deve mesclar o texto de outras duas que tramitam no Congresso desde 2019 (PEC 45

e PEC 110). A versão mais recente da 110, apresentada em 2021 pelo atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), e pelo ex-senador Roberto Rocha (PSDB-MA), prevê a cobrança de IPVA sobre embarcações e aeronaves.

A expectativa é que o governo federal também apoie a mudança. No segundo turno das eleições de 2022, o ministro Fernando Haddad (Fazenda), então candidato ao governo de São Paulo, comprometeu-se com a proposta do PDT de taxar também jatos, lanchas e helicópteros com o IPVA.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, participou em 2022 da elaboração de um conjunto de propostas econômicas que também sugeria a tributação desses dois tipos de veículos.

Um estudo de 2020 do Sindifisco Nacional (sindicato dos auditores da **Receita Federal**) estimou uma arrecadação adicional de R\$ 4,7 bilhões por ano com a ampliação da base do tributo. Isso representaria um aumento de quase 10% na arrecadação do IPVA.

Quase 90% desse valor se refere a embarcações, e os outros 10% sobre aeronaves a jato, turboélice e helicópteros.

"A frota executiva brasileira é a maior do hemisfério sul e a terceira do mundo, atrás, apenas, dos Estados Unidos e do Canadá. É chocante que entregadores paguem **impostos** pela propriedade de suas motocicletas e os proprietários dessas esquadilhas de limousines aéreas não paguem nada. É o princípio da capacidade contributiva previsto na Constituição de 1988 aplicado ao contrário", afirma Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional.

Leonardo Gallotti Olinto, do escritório DCG Advogados, afirma que a tributação desses bens pode levar muitas pessoas a registrar aeronaves e embarcações em outros países, como forma de tentar escapar do IPVA.

"De fato há um desbalanço, mas há que se tomar cuidado", afirma Olinto. "Se for comprado na Rússia, de bandeira russa, o Brasil tem competência para tributar? Será que isso não vai gerar uma fuga?"

A tributação desses veículos não deve ser irrestrita. Um projeto de lei complementar apresentado em 2021 pelo ex-deputado Severino Pessoa (MDB-AL), por exemplo, previa isenção para aeronave ou embarcação utilizada no transporte coletivo ou de cargas ou que não possuísse propulsão própria (como barcos a remo ou vela). Também não seria cobrado o imposto quando o veículo fosse utilizado na pesca artesanal ou pesquisa científica.

Uma proposta de 2013, do ex-deputado Vicente Cândido (PT-SP), também previa que não seriam tributados veículos aquáticos e aéreos de uso comercial destinados à pesca e ao transporte de passageiros e cargas. A PEC 283/2013 previa a tributação não só da propriedade, mas também a posse de veículos, o que evitaria que bens registrados em nome de pessoas físicas ou empresas domiciliadas no exterior escapassem do imposto.

Reportagens da Folha mostraram que o mercado de iates e jatinhos vive um boom no Brasil, com fila de entrega para alguns modelos de luxo.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50243&maxTouch=0&_ga=2.186511337.154012437.1681189877-1380897342.1635735907

IPVA sobre aeronave e embarcação pode aumentar arrecadação

	Quantidade	Valor médio Em R\$ milhões	Valor tributável Em R\$ milhões	IPVA (4%) Em R\$ milhões
Helicópteros	1.681	2,4	3.953,7	158
Jatos	641	13,2	8.455,4	338
Turboélices	827	3,5	2.898,6	116
Embarcação até 32 pés	131.544	0,1	16.608,1	664
Embarcação mais de 32 pés	36.456	2,3	85.307	3.412
	171.149 é o total de aeronaves e embarcações		R\$ 117,2 bi é o total do valor tributável	R\$ 4,7 bi é o total de IPVA

Fonte: Sindifisco Nacional, com dados de 2020

Cashback a mais pobres vai do Canadá à Bolívia



Melina Rocha: vantagem do "IVA personalizado" é a relação direta entre o consumo das famílias e a devolução do imposto

Marta Watanabe e Laura Ignacio De São Paulo

Os modelos internacionais que o governo brasileiro estuda para desenhar o cashback do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) vão desde o pagamento de valores periódicos fixos até a devolução "personalizada" baseada em nível de consumo dos beneficiários. Os modelos trazem em geral limites de devolução, alguns baseados na renda. O prazo de devolução do imposto também varia: pode ser instantâneo ou levar meses.

Estão no radar do governo os modelos da Bolívia, Canadá, Colômbia, Equador e Uruguai, esse último já mencionado expressamente por Bernard Appy, secretário especial de **Reforma Tributária**, por permitir o crédito imediato, no "caixa do supermercado". A experiência de devolução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Rio Grande do Sul também é analisada, segundo fontes próximas ao secretário (ver reportagem abaixo).

Appy tem declarado que o cashback não está definido e não descarta a possibilidade de o mecanismo beneficiar um público mais amplo que os mais vulneráveis, podendo ser utilizado para restituir o imposto pago em serviços como educação privada da baixa renda.

Entre os detalhes que preocupam especialistas, estão a definição de público-alvo e do teto de restituição do imposto. No Uruguai o uso de um aplicativo digital contribui para a devolução instantânea do IVA, o que também abre preocupação sobre o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e o acesso a elas (ver quadro acima).

O cashback do imposto não tem modelo único, explica Melina Rocha, diretora de cursos na York University, no Canadá. Entre as alternativas, estão devolver um valor fixo per capita ou por família, caso do modelo canadense e colombiano, estimando-se um valor de consumo para as famílias. "Poderia se fazer diferenciações com base na renda declarada ou por outros critérios como ser solteiro ou casado e com filhos, como no Canadá." De acordo com informações dos respectivos governos, a devolução do IVA na Colômbia para famílias de baixa renda tem valor fixo de 80 mil pesos colombianos a cada dois meses, o equivalente a US\$ 17,56, considerando o câmbio de ontem.

Já no Canadá a transferência pode chegar a 467 dólares canadenses (US\$ 345,01) pagos em quatro parcelas, no caso dos solteiros.

A vantagem de um modelo com valor fixo é a simplicidade, mas a desvantagem é que os beneficiários podem não relacionar o valor devolvido ao IVA, diz Melina. "O público beneficiado pode achar que é mais um programa de transferência de renda como outros, além de não ter um efeito de fiscalização e de não incentivar a formalização das compras por meio de nota fiscal." Já a devolução personalizada, que leva em conta o nível de consumo das pessoas beneficiadas com a devolução do IVA, diz ela, exige a identificação do consumidor por meio de um aplicativo, como no caso do Uruguai, ou de apresentação de notas fiscais a um órgão controlador, como no Equador. Na Bolívia, destaca, é preciso que o consumidor declare no momento da compra o número de documento análogo ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) brasileiro. Segundo informações do governo boliviano, ao declarar o número do documento e o sobrenome, o crédito é automático, feito com base no registro de vendas que o comerciante informa ao órgão controlador.

A vantagem do "IVA personalizado" é que há uma

relação direta entre o consumo das famílias e a devolução do imposto, além de estimular fiscalização e formalização, já que se não houver compra com nota fiscal, não há o que devolver, diz Melina. "A desvantagem é que é mais complexo, pois exige um sistema operacional.

Mas com a tecnologia já existente, isso é possível." Leonardo Aguirre de Andrade, coordenador de grupo de estudos sobre a tributação do consumo do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) e sócio do Andrade Maia Advogados, destaca o modelo uruguaio. Ele conta que esse é o único programa identificado nas pesquisas do grupo até agora que possibilita o crédito praticamente instantâneo do IVA.

No momento em que o consumidor passa no caixa, ele já pode ser identificado como beneficiário da devolução do IVA e isso faz com que nas compras seguintes ele já tenha o crédito, explica Andrade.

"Ou seja, comprei na operação um, já tenho o crédito para ser utilizado na operação dois. É um modelo interessante e moderno", diz, feito com uso de aplicativo digital.

Um alvo de preocupação na discussão geral do cashback, diz ele, é o limite de valores a ser ressarcido, tema que demanda debates. No modelo uruguaio, diz, o teto de devolução atual é de 2 mil pesos uruguaio mensais (US\$ 51,64). Ao mesmo tempo, reconhece, um limite de valor também serve como trava para fraudes.

Para o advogado, poder ser interessante, no caso do Brasil, que a devolução do IVA alcance pessoas com renda além da faixa dos mais vulneráveis. "Para pessoas com renda de até três salários mínimos, por exemplo", afirma. Essa devolução também poderia seguir uma tabela gradativa, com percentuais de restituição estabelecidos conforme a renda, diz.

Há também preocupações do ponto de vista operacional, como a captura de informações com base na renda de potenciais beneficiários da devolução do IVA, já que menos de um quarto da população apresenta declaração de Imposto de Renda (IR).

Para Aguirre, o debate da reforma é uma oportunidade para tornar menos regressiva a tributação sobre consumo no Brasil.

O cashback, combinado com uma seletividade mais eficiente, diz, pode contribuir para isso.

A tributarista e professora da FGV Direito SP Tathiane Piscitelli pondera que existe o perigo de efeito contrário: o mecanismo poderá agravar a

desigualdade ao reforçar o estereótipo da pessoa que depende do Estado. "Uma coisa é um programa emergencial para tirar a pessoa da pobreza e outra é criar um mecanismo de devolução para a baixa renda porque a ideia que se passa é que ele seguirá na situação de dependente do Estado." Para a professora, o cashback é interessante ao compensar o aumento de alíquota de imposto para bens e serviços essenciais. "O problema é que temos uma delimitação pouco clara de como esse mecanismo vai funcionar", diz. Segundo ela, sem isso, há o risco de uma pessoa que não precisaria ser beneficiada com essa compensação.

E não bastaria pensar no nível de renda ou pode ser cometida uma injustiça. "Por causa da desigualdade regional, é diferente o custo de vida nos diversos Estados ou cidades do país, por exemplo".

O governo tem reforçado que a **reforma tributária** será decidida pelo Congresso. A ideia é que um novo texto seja elaborado com base na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 e na PEC 110/2019. As duas propostas estabelecem cashback.

Para a aprovação da devolução do imposto, de acordo com a advogada Ana Utumi, sócia do Utumi Advogados e professora do IBDT, não é obrigatório incluir a questão na PEC. "Mas seria importante colocar que um dos princípios basilares da nova tributação é que parte do IBS arrecadado seja usado para subsidiar consumidores de baixa renda." Dessa maneira, segundo Ana, o que se determinar de restituição pelo cashback terá uma base legal para assegurar que, sendo um subsídio, não é necessário atrelar tais valores a redução de gastos ou aumento de receita específico. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, todo gasto que se tem depende de uma contrapartida por aumento de receita ou redução de despesa.

Já os detalhes sobre a operacionalização do mecanismo devem ser estabelecidos por meio de lei complementar, segundo a advogada.

"Quanto às faixas de renda dos que farão jus ao benefício, por exemplo, o ideal é que sejam definidas por salários mínimos, e não valores absolutos, como as faixas relacionadas ao IRPF, por causa da **inflação**, para não ficarem desatualizadas", aponta.

Para Ana, se o objetivo é alcançar quem realmente precisa, é melhor estabelecer o cashback do que desonerar ou reduzir tributo de algo.

"A redução de IPI de geladeira, por exemplo, beneficia tanto quem compra o refrigerador simples quanto a geladeira dupla."

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187516?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187516?page=1§ion=1)**

Devolução do IVA

Principais condições de programas de restituição do imposto*

País	A quem se destina	Valor	Como funciona	Site
Bolívia	Pessoas físicas com renda mensal de até 9 mil bolivianos (US\$ 1.285,71). No caso de renda não fixa, considera-se a média dos três últimos meses	Limite de devolução é de 5% do valor da renda mensal. O teto é de 450 bolivianos (US\$ 64,29) mensais	O crédito se faz automaticamente baseado nas notas de compras registradas pelo comércio ao governo. Alcançam compras em supermercados e farmácias, entre outros. No momento da compra, o beneficiário deve informar o sobrenome e o número de documento oficial	https://repositorio.economiayfinanzas.gob.bo/documentos/comunicacion/Reintegro-IVA.pdf
Canadá	Indivíduos e famílias de renda baixa ou modesta, como forma de compensar o impacto dos tributos sobre consumo	Atualmente estão sendo feitos os pagamentos relativos ao ano base de 2021, com valores de até 467 dólares canadenses (US\$ 345,01) para solteiros, 612 dólares canadenses (US\$ 452,13) para pessoas casadas ou com parceiro de direito comum, 161 dólares canadenses (US\$ 118,94) para cada criança menor de 19 anos. O valor é pago em quatro vezes. O calendário de pagamento atual começou em julho de 2022 e vai até junho de 2023	Programa transfere valor pré-determinado em quatro parcelas no ano. O crédito se refere ao Imposto sobre Bens e Serviços (Goods and Services Tax - GST) e ao Harmonized Sales Tax (HST). Entre outras condições, o montante a ser devolvido é calculado com base em declaração de impostos e considera também estado civil ou se o beneficiário tem ou não filhos	https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/forms-publications/publications/rc4210/gst-hst-credit.html#toc3
Colômbia	Famílias de baixa renda, conforme cadastro do governo	Pagamento de 80 mil pesos colombianos (US\$ 17,56) a cada dois meses	Programa tem como objetivo aliviar o impacto do IVA sobre consumo de produtos e serviços às pessoas mais vulneráveis. Segundo o governo colombiano, a devolução atingiu a meta de beneficiar 2 milhões de famílias no ano passado	https://devolucioniva.prosperidadsocial.gov.co/#Devolucion
Equador	Pessoas com deficiência igual ou superior a 30%, conforme avaliação de autoridades da área de saúde.	O benefício mensal máximo varia de US\$ 61,20 a US\$ 102 conforme o nível de deficiência atestado. São quatro faixas de valores.	Devolução do IVA alcança compras de bens e serviços de primeira necessidade para uso e consumo pessoal, conforme autorização prévia da nota de compra. Inclui também compra de próteses, medicamentos e equipamentos destinados ao beneficiário portador de deficiência.	https://www.sri.gob.ec/pt/devolucion-del-iva-a-personas-con-discapacidad
Uruguai	Beneficiários dos programas de transferência de renda que compõem o Plan de Equidade (Plano de Equidade), direcionado a famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica	Devolução total do IVA sobre compras, no valor de até 2000 pesos uruguaios (US\$ 51,64) mensais, no limite de até 22% do total da compra em estabelecimentos comerciais cadastrados	Para solicitar a devolução do imposto é preciso se cadastrar previamente no Ministério de Desenvolvimento Social uruguio (Ministerio de Desarrollo Social - Mides). Desde o ano passado é possível usar o "tuapp", aplicativo digital pelo qual é possível realizar compras e transferências usando o telefone celular. Por meio do aplicativo o qual o beneficiário da devolução do IVA também recebe os valores do programa social a que está vinculado e a restituição do imposto	https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/publicaciones/iva-personalizado

Fonte: governos de cada país. * Exceto no caso do Equador, que já informa valores em dólares americanos, as conversões das moedas locais foram feitas com base no Dólar Ptax de 10 de abril

Reforma tributária integral (Artigo)

GUILHERME CEZAR COELHO

Para que o arcabouço fiscal proposto pelo governo funcione, o Brasil precisa de uma **reforma tributária** ampla, geral e irrestrita - começando pelos mais de R\$ 400 bilhões em isenções fiscais concedidas anualmente.

Desde já, **impostos** e isenções são a conversa mais consequente e estruturante de 2023.

Impostos refletem os valores de uma sociedade e indicam para onde estamos indo. É preciso manter o foco no que precisamos fazer: gerar crescimento econômico ao racionalizar e retirar a regressividade do sistema tributário.

Embora seja fundamental, a reforma dos **impostos** de consumo não pode absorver toda a energia do debate, impedindo a discussão a respeito dos **impostos** sobre trabalho, renda, patrimônio e, especialmente, as isenções. É nessas áreas que o bicho pega em termos de regressividade e desincentivo ao crescimento econômico.

Não é o caso de apontar o dedo para ninguém. A realidade tributária é complexa -ou melhor, uma bagunça. A discussão sobre tributar dividendos deve ser precedida por uma análise da taxa efetiva do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) no Brasil.

Originalmente, o sistema brasileiro não prevê tributação de dividendos desde 1996, ao estabelecer uma faixa máxima suficientemente alta do IRPJ e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL): 34%. (Nos países da OCDE, as empresas pagam em média 21% de Imposto de Renda.) Logo, é legítimo argumentar que não se deve tributar dividendos no Brasil - ou, melhor, que se deve reduzir o IRPJ e a CSLL ao fazê-lo.

No entanto, por meio de brechas e malabarismos jurídicos que compõem o "custo Brasil", a taxa efetiva de tributação de pessoas jurídicas no Brasil é de 22%. E é possível pagar ainda menos que isso. A Petrobras, maior empresa do país, pagou durante anos uma taxa efetiva de 17%. As conclusões são dos economistas Rodrigo Orair, Sérgio Gobetti e Bráulio Borges.

A lição: é fundamental fazer uma reforma geral do sistema, como defende o economista Manoel Pires. Não podemos isolar as variáveis, sob o risco de

continuarmos criando "puxadinhos" fiscais, atrapalhando o crescimento da economia e criando desigualdades tributárias -horizontais (entre quem tem o mesmo nível de renda) e verticais (quem recebe mais acaba pagando proporcionalmente menos.) Segundo nota técnica do Centro de Estudos da Metrópole (USP), liderado por Marta Arretche, a maneira de aprovar uma reforma abrangente é explicitar quem pagará por ela. No nosso caso, é fácil: dada a ineficiência do sistema tributário, quem pagará o pato serão os cidadãos e empresas hoje indevidamente beneficiados.

Quem nada deve não tem nada a **temer**. Vamos nessa.

Devemos discutir absolutamente tudo -e certamente o imposto sobre heranças, que hoje tem um teto de 8%.

Nos EUA, ou na Alemanha, esse imposto excede 40%.

Ser herdeiro não pode custar apenas 4%, como acontece em São Paulo. A fila anda, e só deve ser muito, muito rico quem trabalhou muito por isso. Isso não é ser de esquerda; é querer gerar mais crescimento.

Precisamos estimular a economia, simplificando os **tributos** e criando incentivos corretos por meio dos **impostos** -e certamente com muito menos isenções fiscais. Isso tudo só será possível com uma **reforma tributária** integral, bem comunicada e que -dados o custo e a inequidade de nosso sistema -será boa para todos. Quem for contra esse debate estará sendo contra um país melhor.

Na primeira edição de 2023 da série de debates "E agora, Brasil?" -realizada pelos jornais O GLOBO e Valor -, o ministro Fernando Haddad mencionou que a transição entre o atual regime tributário e o proposto pela reforma será de até 40 anos. É então um projeto para o futuro do Brasil.

Dizem que o melhor momento para plantar uma árvore é dez anos atrás. E que o segundo melhor momento é hoje.

Que venha uma floresta, rica e diversa.

Não podemos isolar as variáveis, sob o risco de continuarmos criando "puxadinhos" fiscais, atrapalhando o crescimento

Guilherme Cezar Coelho é documentarista e fundador da Samambaia.org

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Regra fiscal tem última revisão antes de entrega



Ministro Fernando Haddad: linhas gerais do texto estão mantidas

Matheus Schuch, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta De Brasília

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Planejamento) fizeram ontem a última revisão no texto do arcabouço fiscal, que deve ser encaminhado até o fim da semana ao Congresso junto com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). Segundo Haddad, havia "microdetalhes" sobre redação pendentes, mas a essência da proposta não foi alterada. Com a viagem a partir de hoje à China, caberá ao presidente da República interino, Geraldo Alckmin, fazer a entrega formal da nova regra fiscal. O ministro disse à imprensa, em rápida entrevista, que as linhas gerais do texto, divulgado há duas semanas, estão mantidas.

Contudo, conforme antecipou o Valor, foi definido agora que a regra irá considerar a variação da receita entre julho e junho do ano seguinte como base para fixar o teto de despesas. A discussão era uma das principais pendências do texto final.

"Agora é um trabalho técnico de aperfeiçoamento da redação", disse Haddad, se referindo à análise que técnicos do governo farão até a entrega do texto.

O que ainda não está claro é como o governo vai lidar com a possibilidade da falta de precisão sobre a projeção de receita na Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO). O texto precisa ser enviado até 15 de abril de cada ano, antes do fechamento do período para cálculo da receita acumulada. Desta forma, a definição deverá ficar clara somente no Lei Orçamentária Anual (LOA), em agosto.

O arcabouço estipula um teto para crescimento das despesas alinhado à variação de receita.

Entre as prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a serem perseguidas, estão a "política de valorização" para saúde, educação e salário mínimo, informou um integrante do governo.

A equipe econômica ainda estuda o tema, em busca de critérios que "façam sentido econômico e social" e que proporcionem uma regra perene para essas despesas, em lugar do "cresce e congela" que ocorreu nos últimos anos. Há consenso, porém, que sem aumento expressivo de receitas será inviável atender a todos os apelos de maior presença do Estado.

A definição sobre o novo critério para correção dos valores a serem gastos pelo governo nas áreas de saúde e educação só deverá ser tomada depois da aprovação da **reforma tributária**, disse uma fonte do governo. A intenção da equipe econômica é aguardar o saldo da discussão sobre o sistema tributário no Congresso Nacional para então definir um novo critério. "Depende um pouco disso", informou.

Já o pacote de medidas para recuperar a receita do governo ficará para depois da viagem à China.

Entre as medidas já antecipadas por Haddad, estão a taxação de apostas on-line, combate ao comércio ilegal de mercadorias por sites estrangeiros e revisão de subvenções a grandes empresas.

A ministra do Planejamento se reunirá hoje com o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e com a futura presidente da comissão mista do Orçamento (CMO), Daniella Ribeiro (PSD-PB), para falar sobre o projeto.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187516?page=1§ion=1>

"O Brasil tem um sistema tributário ruim há anos"

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO-11/3/2020



ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

ENTREVISTA: Rita De La Feria, Professora de Direito Tributário em Leeds (Inglaterra), participou de reformas tributárias em vários países

A pelidada por tributaristas brasileiros de "padroeira" do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a portuguesa Rita De La Feria diz que o novo imposto em discussão no Brasil é "amigo" das exportações e dos investimentos.

Ou seja, é um imposto que impediria que no preço do produto exportado esteja embutido o custo do imposto. Na sua avaliação, a economia do Brasil está travada em larga medida por causa da tributação das exportações.

Rita é professora de Direito Tributário na Universidade de Leeds (Inglaterra), já participou de reformas tributárias em todo o mundo e ajudou na redação de várias legislações tributárias, incluindo as de Portugal, Turquia, Uzbequistão, Timor Leste, Angola e São Thomé e Príncipe. A seguir, os principais trechos da entrevista ao Estadão: Por que é tão difícil fazer a **reforma tributária** no Brasil?

É difícil fazer reformas em todos os países. Mas o caso do Brasil é mais complexo por três dimensões. A primeira: é um país grande, onde há muitos grupos

com interesses divergentes.

Depois, é o fato de vocês terem uma estrutura federativa que complica o processo de negociação e dificulta se chegar a um acordo. E, finalmente, é o fato de o Brasil ter um sistema ruim há muitos anos. É aquilo que em inglês chamamos de "path dependence", um sistema arraigado, cimentado, com interesses muito estabelecidos.

Remover os benefícios tributários que já existem é difícil.

É um sistema que criou maus hábitos com grupos que estão habituados a esse tipo de tributação e, portanto, vão resistir a qualquer mudança.

A **reforma tributária** em tramitação prevê a criação do IVA, adotado em vários países. Os opositoristas da reforma dizem que o IVA é um modelo velho e que será abandonado em breve. Por que o Brasil precisa mudar para o IVA?

Hoje, 170 países no mundo têm o IVA. Não é por acaso. É porque ele tem qualidades técnicas que significam que é um imposto superior aos outros **impostos**.

Mais eficiente, fácil de coletar e que não cria distorções no mercado. É um imposto amigo das exportações. Ou seja, é um imposto que permite a exportação não onerada. Os bens saem do país sem nenhum imposto carregado. Só há um único país no mundo que desistiu do IVA dentre os 170: a Malásia.

Por quê?

O IVA é um imposto não cumulativo, e a Malásia começou a se recusar a dar o crédito. Isso matou o imposto.

No Brasil, há um debate muito grande de que o IVA vai gerar alta dos preços e **inflação** porque, para alguns setores, a alíquota subirá muito. Esse é um risco ou o período de transição mais longa pode ajudar?

É preciso dizer que essa presunção de que os preços vão aumentar significaria dizer que o sistema de agora tributa menos, o que, neste momento, é impossível dizer. O sistema brasileiro é tão complexo que não há

ninguém que possa dizer com certeza quanto tem de imposto em cada produto. O IVA vai trazer uma transparência ao preço.

Vai dizer: o preço é "x" sem imposto e "x mais" com imposto.

Há empresas do setor de serviços que reclamam que vão pagar uma alíquota de 25%...

O problema é que eles não sabem quanto é que está embutido no preço de imposto, não sabem quanto de imposto estava para trás. Nenhum prestador de serviço sabe quanto pagou de imposto quando comprou cadeiras, computadores... Há muita distorção de mercado, da cadeia produtiva no Brasil.

Por que um dos princípios básicos do IVA é a fixação de alíquota única?

A adoção de alíquotas múltiplas foi uma medida adotada na Europa nos anos 60, quando sabíamos ainda muito pouco do imposto. Achava-se que era a melhor forma de proteger alguns setores, proteger alguns produtos consumidos pelos mais pobres. Hoje, sabemos que não é verdade.

No Brasil, é praticamente certo nas negociações no Congresso que haverá alíquotas diferenciadas.

Os setores de educação, saúde, agro, transporte e tantos outros defendem tratamento diferenciado.

Eu espero que não haja. O problema é que muitas vezes os benefícios são dados não por razões técnicas, mas porque há setores com poder muito grande para obter certos benefícios tributários.

Verifica-se muitas vezes na discussão das alíquotas múltiplas, também aqui na Europa.

Não tem nada a ver com justiça social. Eu espero sinceramente que haja força no Brasil para resistir a essa pressão, porque no fundo é dar benefícios aos poucos, que gritam mais, em detrimento de muitos.

A **reforma tributária** terá um efeito importante no desenvolvimento?

O que eu posso dizer é que um sistema tributário tão complexo como o do Brasil tem um impacto muito grande na economia. A economia brasileira está completamente distorcida pelo sistema tributário, principalmente nas exportações. Eu não conheço mais nenhum outro país no mundo que tributa as exportações.

"O sistema brasileiro é tão complexo que não há

ninguém que possa dizer com certeza quanto tem de imposto em cada produto"

"(O IVA) tem qualidades técnicas que significam que é um imposto superior aos outros **impostos**.

Mais eficiente, fácil de coletar e que não cria distorções no mercado"

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>